

# POLÍTICA Democrática

Nº34 - Agosto de 2021



Entrevista Especial – Eliziane Gama  
**‘Negacionismo de Bolsonaro  
tem sido devastador’**

Atitudes do presidente da República negaram à população brasileira as medidas mais elementares de proteção contra a pandemia da Covid-19, critica a senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA)

**PÁGINA 16**

## Reportagem

Investigação da CPI da Covid revela ao país dados de um cenário de horror causado pelo negacionismo de Bolsonaro

**PAG - 30**

## STF

Decisões sobre Lula e Sérgio Moro causaram danos ao processo político eleitoral do país, avalia Marco Marrafon

**PAG - 28**

## Visão

Brasil precisa saber "traduzir" os interesses locais e estaduais nos Estados Unidos para ter sucesso em Washington

**PAG - 06**

PÁG. 42

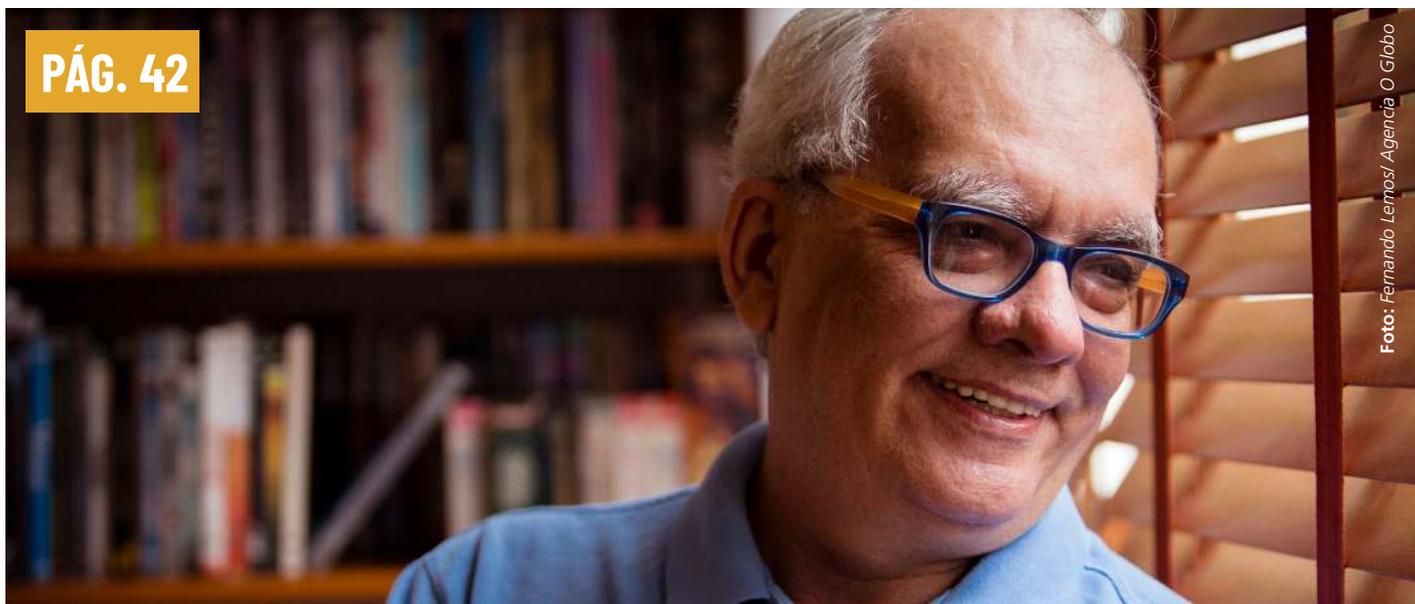


Foto: Fernando Lemos/ Agência O Globo

POLÍTICA  
**Democrática**  
Edição nº 34 - Agosto 2021



**EDITORIAL**  
**As portas de saída**  
PÁG. 4

**CHARGE**  
PÁG. 5

**ARTIGO**

**A visão de Washington**

Mark Langevin  
PÁG. 6

**De Paris a Glasgow: o Brasil na contramão dos compromissos climáticos mundiais**

Karin Kässmayer  
PÁG. 8

**De soluções e incertezas**

Sérgio C. Buarque  
PÁG. 11



Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado

**Entrevista Especial**

Eliziane Gama  
PÁG. 16

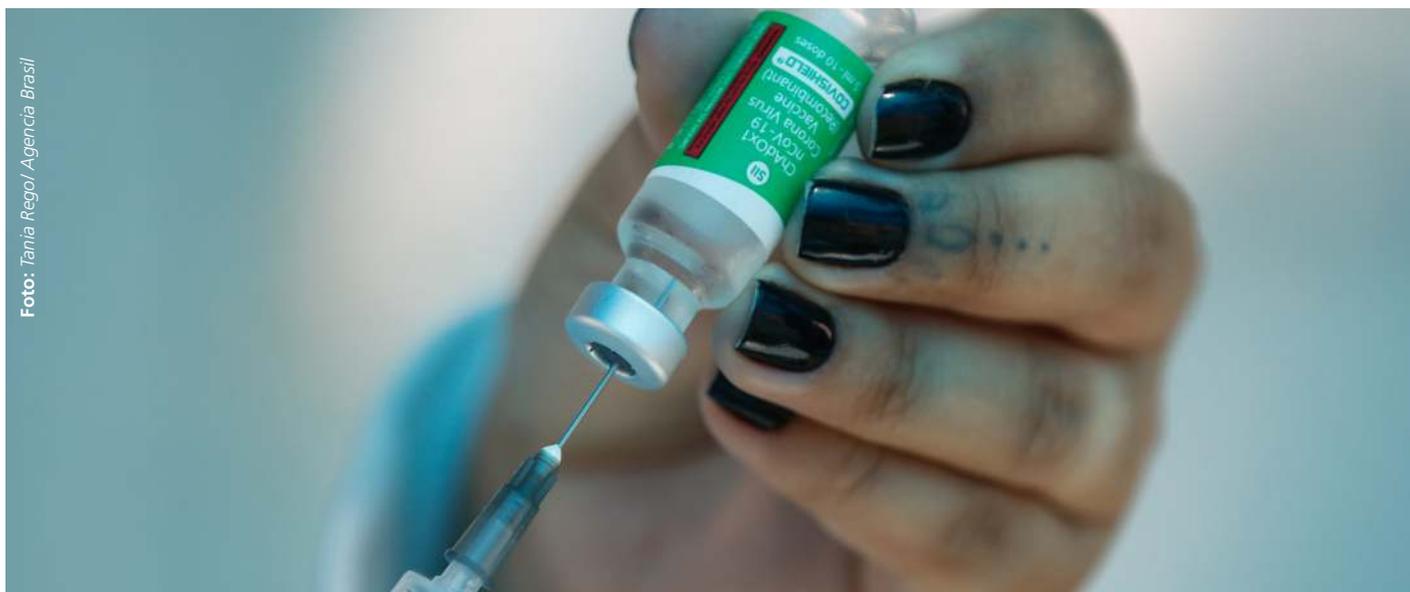
**ARTIGO**

**Agosto em chamas**

Paulo Baía  
PÁG. 13

## REPORTAGEM ESPECIAL

Foto: Tania Rego / Agência Brasil



## Escândalos das vacinas deixam país mais fragilizado na pandemia

Cleomar Almeida

PÁG. 30

## ARTIGO

### Os desafios e riscos da Constituinte chilena

Alberto Aggio

PÁG. 25

### Declaração de incompetência do foro de Curitiba e suspeição de Sérgio Moro

Marco Marrafon e Alexandre César

PÁG. 28

### Vieira, precursor de Freud?

Ivan Alves Filho

PÁG. 35

### A incrível Lenda da Inferioridade 2021

Vânia Coelho

PÁG. 37

### Leni Riefenstahl, genial ou monstro?

Lília Lustosa

PÁG. 40

### Artur Xexéo, um craque

Henrique Brandão

PÁG. 42

### Judeus portugueses entre Amsterdã e Nova York

Ronaldo Vainfas

PÁG. 44

PÁG. 44

### Jirã Neto ARRANCADOS DA TERRA



PERSEGUIDOS PELA INQUISICÃO  
NA PENÍNSULA IBÉRICA,  
REFUGIARAM-SE NA HOLANDA,  
OCUPARAM O BRASIL, E  
FIZERAM NOVA YORK

COMPANHIA DAS LETRAS

## EXPEDIENTE

### Diretor

André Amado

### Editor

Paulo Jacinto

### Secretário de Redação/Reportagem

Cleomar Almeida

### Suporte/tecnologia

Washington Reis

### Logística

Thaise Castro

### Departamento Financeiro

Gustavo Loiola

### Conselho editorial

Caetano Araújo, Francisco Almeida e Luiz Sérgio Henriques

### Revisão, Projeto Gráfico e Diagramação

G3 Comunicação

As ideias e opiniões expressas nos artigos publicados na Revista Política Democrática Online são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo, necessariamente, as opiniões da Revista.

## Colaboradores

### Cultura, C&T

André Amado, Ciro Marcondes, Dora Kaufman, Eneida Queiroz, Gledson Vinicius, Henrique Brandão, Ivan Accioly, Ivan Alves, João Batista de Andrade, Jorio Dauster, José Carlos Monteiro, Lília Lustosa, Marcelo Aguiar, Marcia Gomes, Martin C. Feijó, Rui Fabiano, Sergio Denicoli, Sergio Vellozo Lucas

### Economia

André Eduardo Fernandes & André Borges, Benito Salomão, César Vasquez, Elena Landau, Evandro Millet, Guilherme Mendes, Jorge Caldeira, Jorge Jatobá, José Luiz Oreiro, Leandro Machado, Luiz Paulo Velloso Lucas, Maria Amélia Enriques, Nelson Tavares, Paulo Ferracioli, Pedro Nery, Sergio Buarque, Sergio Vale

### Justiça

Arlindo Fernandes de Oliveira, Cláudio Oliveira, Eros Grau, Gilvan Cavalcanti de Melo, João Trindade, Juliana Magalhães de Oliveira, Manoel Martins Júnior, Marcus Vinicius F. da Silva Oliveira, Mario Martins Júnior, Murilo Gasparido

### Política

Alba Zaluar, Alberto Aggio, Ana Maria Miranda, Andrei Meireles, Antonio Augusto de Queiroz, Caetano Araujo, Ciro Leichsenring, Cleomar Almeida, Creomar Lima Carvalho de Souza, Cristovam Buarque, Davi Emerich, Eduarda La Roque, Elimar Pinheiro Nascimento, Henrique G. Herkenhoff, Hubert Alquéres & Tibério Canuto, João Cezar de Castro Rocha, José Antonio Segato, Luiz Sergio Henriques, Marco Aurelio Nogueira, Marco Marrafon, Marcos Sorilha Pinheiro, Marcus Vinicius Furtado, Mauro Oddo Nogueira, Murilo Gasparido, Paulo Baia, Paulo Fábio Dantas, Raul de Almeida, Raul Jungmann, Ricardo Tavares, Roberto Freire, Rogério Baptistini Mendes, Vinicius Müller

### Política Externa/Relações Internacionais

Davisson Belém Lopes, Fernando E. Norman, Fernando Lyra Gianlucco Fiocco, Gilberto Saboia, Guilherme Casarões Herman Chaimovitch, Hussein Kalout, Joan Del Alcázar José Augusto Lindgren Alves, José Vicente Pimentel, Leandro Cosentino, Luiz Augusto Castro Neves, Ronaldo Sardenberg, Rubens Barbosa, Rubens Ricupero

### Saúde, sócio-política, meio ambiente

Adriana Novaes, Alexandre Strapasson, Almira Rodrigues, Anivaldo Miranda, Babalão Ivanir dos Santos, Bazileu Margarido, Gloria Alvarez, Guilherme Accioly, Joaquim José Soares Neto, Lígia Bahia Luiz Geraldo Piquet Carneiro, Luiz Santini & José Gomes Temporão, Marco Santilli, Marina Silva, Pedro Scurro Neto, Raulph Rodrigues, Rodrigo Prando, Zulu Araújo

# Editorial

## As portas de saída

Segue declinante, como esperado, a popularidade do governo. Afinal, há ótimas razões para o desgosto e a impaciência dos eleitores: a estagnação econômica e a gestão catastrófica da crise sanitária, como os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito demonstram, impiedosamente, a cada semana. A esses dois problemas, objetivos e perturbadores, o governo continua a reagir com a habitual passividade fantasiosa. A economia está prestes a dar o grande salto, e a pandemia a tomar a forma da “gripezinha”.

A reação política à desaprovação crescente, contudo, é ativa e preocupante. A radicalização golpista e as ameaças às instituições democráticas ganham intensidade, à medida que as expectativas de sucesso eleitoral caem por terra. O mote do momento é o voto impresso. Governistas exigem impressoras acopladas nas urnas, sob pena de não reconhecer os resultados do pleito, ou até mesmo sustar o processo eleitoral, enquanto sua exigência não for contemplada.

A estratégia do ultimato exige, no entanto, para sua credibilidade, a evidência mínima de algum apoio popular às exigências apresentadas. Nesse quesito, o fracasso do governo é persistente. As manifestações convocadas permanecem pífias, mesmo quando engrossadas com motocicletas, com a intenção de aparentar um volume inexistente. No momento está em curso, nas redes sociais, a convocatória para uma marcha sobre Brasília, prevista para a véspera de nossa data nacional.

Dificilmente, essa tentativa, preparada com antecedência maior que os ensaios anteriores, terá capacidade de superar em significação as manifestações oposicionistas, em tendência ascendente. Em qualquer hipótese, entretanto, é previsível a metamorfose de parte da radicalização verbal em violência contra a ordem institucional e os partidários da democracia. Atos de insubordinação policial, violência política difusa, manifestações de desobediência e constrangimento a Governadores, Prefeitos e Tribunais, podem ocorrer.

Contra isso, os centros de resistência democrática institucional preparam as portas de saída do governo, nas hipóteses de ameaça concreta às eleições ou de recusa do seu resultado. Na Câmara dos Deputados sobram os pedidos de impeachment. Aplica-se, nesse caso, o princípio da coluna militar: seu ritmo é ditado pelo soldado mais lento, ou seja, os numerosos Deputados que optarão por esse rumo apenas no caso extremo.

No âmbito do Judiciário, as decisões recentes do Tribunal Superior Eleitoral abrem duas novas possibilidades para a abreviação do mandato do Presidente da República. O inquérito para apurar os ataques à legitimidade do processo eleitoral, e a inclusão dessas declarações no inquérito em andamento sobre fake news escancaram as portas da inelegibilidade e até da perda do mandato, aumentando a complexidade do quadro político nacional



Compartilhe!

Revista Política Democrática

# LIVROS DO BOLSO

-Cita dois livros  
que nunca leu.  
E se leu, não  
entendeu.



Compartilhe!



Governo Bolsonaro está focado em fraudes eleitorais inexistentes, a Embaixada do Brasil, em Washington, está em queda livre há anos e a Coalizão das Indústrias do Brasil (BIC) está sem teto, analisa Mark S. Langevin

## A visão de Washington

Brasil precisa envolver e “traduzir” os interesses voltados aos níveis locais e estaduais nos Estados Unidos, com uma estratégia política detalhada e relevante, se quiser jogar bola em Washington, acredita Mark S. Langevin

A visão de Washington é delineada pelas bases estruturais assimétricas que desafiam as relações bilaterais no século XXI, apesar das inúmeras expressões de afinidade entre os dois povos e seus representantes cívicos e políticos. Muitos formuladores de política externa e estudiosos apontaram, com eloquência, a base estrutural das assimetrias geopolíticas que desafiam e, muitas vezes, prejudicam as relações bilaterais entre Brasília e Washington. Por exemplo, o debate atual sobre a aquisição da tecnologia de telecomunicações 5G, pelo Brasil, e a rivalidade estratégica entre a China e os EUA ressaltam as condições estruturais subjacentes que informam a visão de Washington sobre o Brasil.

No entanto, poucos líderes em Brasília têm formulado uma estratégia política detalhada e relevante para identificar exatamente o que o Brasil precisa dos Estados Unidos e a melhor forma de alcançá-lo. Por exemplo, durante o caso contencioso do algodão com os EUA, o Brasil seguiu uma saída pelo Sistema de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio, sem levar em consideração o fundamento político das políticas agrícolas dos EUA. Esta estratégia obteve sucesso incompleto. Contudo, a solução

final para o caso foi alcançada quando a Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa) realizou uma série de reuniões com o National Cotton Council, entidade representativa dos produtores dos EUA, cultivando as condições políticas do acordo final, em outubro de 2014. O truque era entender a base local e estadual das políticas agrícolas das subvenções em questão e, então, agregar os interesses brasileiros a elas. O Brasil não pode mudar o modo de governar em Washington, ou Topeka ou Sacramento, mas precisa envolver e “traduzir” os interesses voltados aos níveis locais e estaduais, se quiser jogar bola em Washington.

Seja buscado pelos liberais conservadores ou social-democratas, o bem-estar da maioria dos brasileiros depende da abordagem das relações bilaterais por meio da luta persistente de alcançar metas concretas que aumentem o acesso do Brasil aos fundos internacionais de investimento, mercados e tecnologia visando a geração de empregos e o aumento da produtividade pelo aumento da participação brasileira nas cadeias globais de manufaturados e serviços de alto valor. Esse trabalho, necessariamente, se cruza com Washington, mas não exclusivamente.

A elite política dos EUA não pensa no



Relação entre os setores privados do Brasil e dos Estados Unidos segue forte, apesar das diferenças entre os governos de Bolsonaro e Joe Biden

Brasil como uma nação em desenvolvimento, mas um enorme mercado e concorrente ocasional. Para o governo do Presidente Joe Biden, a representação da elite política, liderada pelas grandes empresas de tecnologia da informação, está focada no campo da batalha da tecnológica avançada, de olho em como a inteligência artificial moldará o destino de nosso mundo e, certamente, o futuro dos EUA, e, conseqüentemente, o Brasil. Além disso, a maioria do Partido Democrata em Washington acredita, pela primeira vez, que o Brasil não é um ator responsável quando o assunto é mudança climática. Brasília está bem longe de Washington nesta conjuntura.

Enquanto isso, o governo Bolsonaro está focado em fraudes eleitorais inexistentes, a Embaixada do Brasil, em Washington, está em queda livre há anos e a Coalizão das Indústrias do Brasil (BIC) está sem teto. Como o Brasil pode defender seus interesses e subir a escada do desenvolvimento econômico e social sem aprofundar seu engajamento com os interesses econômicos e as forças políticas de Los Angeles a Nova York?

Ironicamente, o governo Biden, com seu embaixador especial para o clima, John Kerry, está trabalhando com os governos estaduais brasileiros para formar parcerias e encontrar soluções para proteger a Amazônia e promover o desenvolvimento sustentável. Certamente, esse esforço é visto em Washington como uma forma de aumentar a influência dos EUA sobre a governança global e avançar esquemas de desenvolvimento de baixo carbono, mas também pode ser uma lição para Brasília.

O Brasil pode se beneficiar de uma estratégia bilateral que aumenta os pontos

“

IRONICAMENTE, O GOVERNO BIDEN, COM SEU EMBAIXADOR ESPECIAL PARA O CLIMA, JOHN KERRY, ESTÁ TRABALHANDO COM OS GOVERNOS ESTADUAIS BRASILEIROS PARA FORMAR PARCERIAS E ENCONTRAR SOLUÇÕES PARA PROTEGER A AMAZÔNIA E PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

”

da cooperação econômica e social por meio de engajamentos em níveis locais e estaduais, deixando Washington para os coquetéis e as cerimônias de assinatura de acordos. O Brasil precisa se instalar em Pittsburgh e Indiana, se quiser eliminar as tarifas do aço. Para liberalizar o comércio bilateral, eliminar a necessidade de visto para viajar para os EUA, e chegar a um acordo tributário bilateral que funcione para famílias de classe média brasileiro-americanas com ativos modestos em Boston e Belo Horizonte. O governo brasileiro e a sociedade civil precisam mais do que consulados, devem exigir organizações, com escritórios e funcionários em Atlanta e San Francisco, trabalhando lado a lado com suas contrapartes estadunidenses. Brasília precisa ver os EUA, não do ponto de vista de Washington, mas dos cafés e estádios de beisebol de Houston e Seattle, para virar o jogo bilateral. Let's play ball!



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

MARK S. LANGEVIN



Compartilhe!

# O Brasil na contramão dos compromissos climáticos mundiais

País precisa vencer desafios como a superação do passivo do desmatamento e a apresentação de uma robusta e crível agenda de ação climática para integrar a nova economia global verde



Foto: Bruno Kelly/Amazônia Real

Garimpo ilegal em terra Yanomami. Superação dos riscos climáticos e a retomada da governança ambiental no Brasil enfrentam crises: democrática, ambiental, econômica, social e de saúde, que só serão superadas com futuras eleições

A Conferência das Partes sobre Mudança do Clima, a COP26, que ocorreria em 2020, foi adiada em função da pandemia da Covid-19, e será sediada, em poucas semanas, na cidade de Glasgow, Escócia. Diante de recentes eventos climáticos extremos com impactos significativos – as chuvas torrenciais em países como Alemanha e China e o calor intenso no Canadá – cresce o interesse e a expectativa sobre a COP26 que deverá definir, de modo urgente, ações e regulamentação voltadas ao objetivo de descarbonizar a economia mundial e alcançar a meta de limitar o aquecimento global a 1,5o C. Uma nova fase da política climática internacional foi inaugurada com a celebração do Acordo de Paris, em 2015, de cujas ne-

gociações o Brasil foi protagonista. Com o comprometimento de um agir cooperativo multilateral, os Países-Parte criaram metas próprias e medidas de adaptação e mitigação de emissões de gases de efeito estufa (GEE). As Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC), peças-chave do acordo, devem ser revistas a cada cinco anos, com metas cada vez mais ambiciosas.

O Brasil liderou a diplomacia mundial e foi um ator de excelência nessa seara, tendo alcançado, internamente, resultados expressivos que culminaram com a redução do desmatamento em 83%, nos anos de 2004 a 2012, principalmente pela criação do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM). Com a ges-



Foto: Marcos Corrêa/PR

Como eliminar o desmatamento ilegal no Brasil até 2030? Essa é uma pergunta que o governo de Jair Bolsonaro, até hoje, não respondeu

tão presidencial atual, o desmatamento, que é o nosso Calcanhar de Aquiles das emissões, cresceu exponencialmente, até chegarmos à cifra de 10.851 km<sup>2</sup> em 2020. O PPCDAM foi extinto, e o país é palco de um cenário de descrença e críticas internacionais, em relação à política ambiental brasileira, com desgastes da sua imagem e um ponto de interrogação sobre seus propósitos quanto ao futuro de sua política climática.

Espera-se, em Glasgow, que as nações apresentem metas nacionais mais ambiciosas para 2030. Segundo os cientistas, a implementação de medidas de mitigação e adaptação deve ser realizada de modo célere, ainda nesta década. Enquanto o Reino Unido foi o primeiro país a inserir em sua legislação o objetivo de descarbonizar a economia até 2050 (net zero carbon); a União Europeia lançou um pacote legislativo com o objetivo de reduzir as emissões de GEE, no continente, em 55% até 2030, em comparação com as de 1990, e medidas como o fim de veículos movidos a combustíveis fós-

“

COM A GESTÃO PRESIDENCIAL ATUAL, O DESMATAMENTO, QUE É O NOSSO CALCANHAR DE AQUILES DAS EMISSÕES, CRESCER EXPONENCIALMENTE, ATÉ CHEGARMOS À CIFRA DE 10.851 KM<sup>2</sup> EM 2020

”

seis e impostos sobre o querosene de aviação; e os EUA, com a guinada de sua política ambiental no Governo Biden, retomou seu protagonismo e liderança com a realização, em março, da Cúpula dos Líderes sobre o Clima, o que fez o Brasil? Nessa Cúpula, Jair Bolsonaro enviou uma carta a Biden com informações lacunosas, que não identifica quais são os programas e políticas públicas voltadas à proteção ambiental e à segurança climática. Como eliminar o desmatamento ilegal no Brasil até 2030? Qual é o projeto adotado para impulsionar a bioeconomia? Perguntas

“

NO BRASIL, SETOR EMPRESARIAL, SOCIEDADE CIVIL E COMUNIDADE CIENTÍFICA DEBATEM, INCESSANTEMENTE, SOBRE A NECESSÁRIA INTEGRAÇÃO ENTRE A AGENDA AMBIENTAL E CLIMÁTICA E A ECONÔMICA, EM UM HORIZONTE COM MUITAS OPORTUNIDADES

”

essas não respondidas pelo Governo. A nova NDC brasileira, apresentada pelo ex-ministro Salles, em vez de aumentar o percentual de redução de emissões, o manteve, baseado em uma atualização do inventário, caracterizando-se mais um retrocesso na desastrosa condução da pasta ministerial.

A COP26, realizada em um momento em que surgem esperanças de uma retomada econômica com a vacinação, traz para si um feixe de questões decorrentes dos efeitos explícitos da pandemia do Coronavírus: o repensar do modelo de desenvolvimento, com mais inclusão, justiça social e redução de desigualdades e uma nova economia global verde que gere empregos sustentáveis. Os desafios permeiam, sobretudo, o engajamento contínuo do setor privado em reduzir as emissões e a regulamentação de dispositivos do Acordo de Paris, em especial aqueles relacionados ao seu art. 6º, que tratam do financiamento e do mercado de carbono. Vários países já planejam e executam uma retomada econômica verde, com financiamento, tecnologia e inovação para o desenvolvimento sustentável. No Brasil, setor empresarial, sociedade civil e comunidade científica debatem, incessantemente, sobre a necessária integração entre a agenda ambiental e climática e a econômica, em um horizonte com muitas oportunidades.

Se muitos países apresentam compassos precisos em suas políticas de desenvolvimento rumo à transição energética e à neutralidade carbônica em 2050, no Brasil, os desafios são a superação do passivo do desmatamento e a apresentação de uma robusta e crível agenda de ação climática. O agir presente, que possa nos levar à superação dos riscos climáticos e à retomada da governança ambiental, entretanto, enfrenta crises: democrática, ambiental, econômica, social e de saúde, que só serão superadas com futuras eleições.



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

KARIN KÄSSMAYER



Compartilhe!

# De soluços e incertezas

Agresões de Jair Bolsonaro às instituições democráticas e suas ameaças de ruptura institucional, bem como a delicada crise hídrica que o país atravessa, podem inibir a reanimação da economia brasileira



Bolsonaro abraça Ciro Nogueira na posse do novo ministro da Casa Civil: descontrole verbal e as movimentações golpistas do presidente provocam grave instabilidade e incerteza política e econômica no país

No primeiro semestre do ano, o Brasil registrou um crescimento econômico de 2,2%<sup>[1]</sup>, pouco, diante da forte retração do ano passado, mas acima das expectativas pessimistas que temiam o impacto negativo da pandemia da Covid-19. Além da recuperação da economia mundial, com a expansão da demanda e dos preços de commodities, esse desempenho da economia contou com fatores internos, como a desvalorização cambial, estimulando as exportações da indústria, o reinício do auxílio emergencial e a adaptação de parte das empresas brasileiras à operação nas condições adversas da pandemia.

Mas o que caracterizou este primeiro semestre do ano foi o arrefecimento das restrições econômicas e as medidas de isolamento social, mesmo no meio de uma nova onda de propagação do vírus e com lento avanço da vacinação. Parecia que todos os governantes tinham assumido a aposta perversa, do Presidente Jair Bolsonaro, de imunização de manada. A economia se movia, enquanto o vírus fazia mais vítimas. Nos primeiros meses do ano, houve aceleração do número de casos e do registro de vítimas da Covid-19, chegando à dramática média

móvel diária de 3.124 mortos, na segunda semana de abril. No semestre, morreram mais de 320 mil brasileiros de Covid-19, quase 60% acima do total de vítimas registradas em todo o ano de 2020.

Desde o final de abril, a mortalidade provocada pelo vírus vem declinando continuamente, provável resultado da regularização e ampliação da vacinação, com foco na po-

“

BOLSONARO CONSPIRA NOS QUARTÉIS E SE AGARRA COM O CENTRÃO, RETIRANDO A FANTASIA DE INIMIGO DA “VELHA POLÍTICA” PARA VESTIR UM SALVA-VIDAS POLÍTICO QUE EVITARIA UM PROCESSO DE IMPEACHMENT

”



Crise hídrica ameaça a reanimação da economia pela incerteza da oferta de energia elétrica

pulação idosa e com morbidades. Mesmo assim, no final do semestre, a média móvel diária ainda alcançou inaceitáveis 1.303 vítimas, quando 88,7 milhões de brasileiros tinham recebido, ao menos, a primeira dose da vacina (cerca de 42% da população total). Em junho, a taxa de contaminação chegou ao nível mais baixo (0,88), acompanhada de um alívio na pressão sobre o sistema de saúde.

Com o modesto crescimento da economia, no semestre, seguindo a uma retração de 4,1% do PIB-Produto Interno Bruto, no ano passado, o desemprego permanece muito alto, as famílias vulneráveis afundaram na pobreza, milhares de famílias enfrentando a fome, e as desigualdades sociais se acentuaram. De acordo com a FGV-Fundação Getúlio Vargas, o Índice de Gini estava em 0,642, no primeiro trimestre de 2020, subindo para 0,669, no final daquele ano e dando novo salto para chegar a 0,674, no primeiro trimestre deste ano. Além disso, a aceleração da taxa de inflação, no primeiro semestre, cerca de 8,35%, em doze meses, agrava a pobreza e não autoriza muito otimismo de crescimento, pelo que representa de instabilidade macroeconômica e aponta para provável elevação da taxa de juros.

Considerando que se mantenha o ritmo atual de vacinação (pouco mais de um milhão de aplicações diárias), a contaminação e a taxa de mortalidade de brasileiros pela Covid-19 devem declinar rapidamente no semestre. Será possível, então, aliviar as restrições às atividades econômicas e às medidas de isolamento social, estimulando a reanimação da economia brasileira. Os es-

pecialistas e institutos apostam em um crescimento econômico em torno de 5%, em 2021 (Boletim Focus estima em 5,27%, e o IPEA, 4,8%). Embora a pandemia possa continuar atrapalhando a retomada mais forte da atividade econômica, o avanço da vacinação e o ambiente externo favorável podem confirmar essas expectativas de crescimento. Mesmo assim, nada significativo, considerando a queda de 4,1% do PIB registrada em 2020.

Por outro lado, algumas grandes pedras no caminho podem atrapalhar a esperada reanimação econômica, mesmo que se confirmem a aceleração da vacinação e o controle da pandemia. Os soluços políticos do Presidente Jair Bolsonaro, suas agressões às instituições democráticas e suas ameaças de ruptura institucional provocam grave instabilidade e incerteza política e econômica. O descontrole verbal e as movimentações golpistas do presidente crescem na medida em que aumenta sua rejeição nas pesquisas e surgem acusações sérias de prevaricação, crime de responsabilidade e denúncias de corrupção, na Comissão Parlamentar de Inquérito. Como resposta, Bolsonaro conspira nos quartéis e se agarra com o Centrão, retirando a fantasia de inimigo da “velha política” para vestir um salva-vidas político que evitaria um processo de impeachment.

Não bastasse a instabilidade política, o Brasil está atravessando delicada crise hídrica que ameaça a reanimação da economia pela incerteza da oferta de energia elétrica e pela elevação das tarifas (provocada pela ativação das usinas termelétricas), com novo impulso inflacionário. O Boletim Focus sinaliza para uma taxa de inflação de 6,31%, em 2021, superando, em muito, o centro da meta (3,75%) e mesmo o teto de 5,25%. O risco de apagão e racionamento tem sido descartado, mas o próprio Operador Nacional do Sistema Elétrico anunciou a possibilidade real de esgotamento de praticamente todos os recursos energéticos até novembro.

Tudo indica, portanto, que mesmo submergindo da pandemia e da retração econômica, no segundo semestre, não faltarão conflitos políticos e incertezas econômicas para inibir o crescimento da economia brasileira no restante deste ano.



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

SÉRGIO C. BUARQUE



Compartilhe!



Foto: Marcos Corrêa/PPR

Manifestações contra Jair Bolsonaro devem continuar ocorrendo durante o mês de agosto, aumentando a pressão contra o presidente

## Agosto em chamas: Voto impresso, ameaça às eleições, CPI, TSE e STF

Revelações da CPI da Pandemia, investigação das ameaças à democracia, fake news e ataques de Bolsonaro contra o sistema eleitoral eletrônico e o Tribunal Superior Eleitoral vão elevar a temperatura política durante todo o mês

A CPI da Covid-19, no Senado Federal, entra em nova etapa pós-recesso, vai-se movimentando e produzindo resultados políticos para o jogo em andamento. Certamente, a situação do governo Bolsonaro, e do próprio Bolsonaro, não tem complicações de natureza jurídica maiores até o presente momento. Entretanto, para ele e seu governo, temos alguns fatos relevantes no jogo político. O pedido de impeachment - que passou a ser chamado de superpedido de impeachment - assinado por vários partidos de diferentes oposições, além de muitas entidades da sociedade civil e parceiros de primeira hora de Jair Bolsonaro, como MBL, deputado Kataguiri e a deputada

Joice Hasselman, é um energético na luta política, um ativador de oposições a Bolsonaro.

A abertura de inquérito de investigação contra Jair Bolsonaro, a partir dos dados da CPI que tratam do superfaturamento na compra da vacina indiana Covaxin, juntamente com os novos depoimentos temáticos na CPI, já no mês de agosto, elevará a temperatura política.

Esse dado é um elemento importante. Não que o processo em si traga grandes novidades. Não traz! Tudo está aparente na CPI da Covid. Mas os senadores da CPI entraram no Supremo com uma queixa crime. E este, ao ser acionado, também acionou a PGR. Esta, no primeiro momento, disse que faria isso depois



Alvo de ataques de Bolsonaro, Barroso diz que 'uma das vertentes do autoritarismo' é discurso de que 'se eu perder, houve fraude'

“

ESTRATÉGIA DE JOGAR  
NA RETRANCA COM  
CONTRA-ATAQUES JÁ  
SE ESTAMPOU NAS  
MANIFESTAÇÕES DE 1º  
DE AGOSTO, QUANDO  
BOLSONARO, MAIS UMA  
VEZ, RECORREU AO  
EXPEDIENTE DE ELIDIR  
A DISCUSSÃO DE TEMAS  
POLÍTICOS IMPORTANTES  
EM FAVOR DE AGENDAS  
ESTRIDENTES COMO  
O 'VOTO IMPRESSO  
AUDITÁVEL'

”

do encerramento da CPI. Mas, com a insistência de Rosa Weber, a PGR abriu, no dia 2 de julho, um pedido de investigação do Presidente da República.

Mas por que isso dará trabalho a Jair Bolsonaro?

O vice-Presidente Hamilton Mourão lembrou que pedidos semelhantes de abertura de inquérito ao Supremo pela PGR foram feitos em relação a outros presidentes sem maiores consequências. O que é verdade! Outros presidentes sofreram denúncias.

O ex-Presidente Michel Temer, por exemplo, teve três pedidos de autorização para ser investigado encaminhados pelo Supremo à Câmara dos Deputados, o que lhe atravancou a pauta política e o levou a dedicar muitos meses de seus dois anos de mandato à sua defesa e à articulação para impedir que a Câmara dos Deputados aprovasse a referida autorização. Por quê? Porque se a maioria dos deputados aprovasse a investigação, o Presidente da República seria sumariamente afastado de seu mandato por 180 dias. No caso atual, os seis meses de uma possível investigação invadiriam 2022, com as eleições já em outubro. Esse elemento fez com que Jair Bolsonaro remontasse sua estratégia e passasse a jogar na retranca. Havia certa facilidade no jogo político de Jair Bolsonaro, até então. Ele não estava na retranca, estava praticamente sozinho em campo. No final de maio, no entanto, mesmo com uma pauta política limitada, as manifestações de rua abriram caminho para o megapedido de impeachment. Pouco a pouco, forças situadas à esquerda e outras de oposição ao gover-

“

AMEAÇAS CONTRA A  
DEMOCRÁCIA SUBIRAM  
DE INTENSIDADE  
COM A REAÇÃO DE  
JAIR BOLSONARO AO  
DISCURSO DE LUIZ  
FUX NA REABERTURA  
DO JUDICIÁRIO E À  
NOTA DE TODOS OS  
PRESIDENTES DO TSE  
DE 1988 PARA CÁ

”

no Bolsonaro, foram engrossando a voz rouca das ruas, em 29 de maio, 19 de junho e 24 de julho e, por extensão, no Congresso Nacional também.

Diante desses movimentos importantes, que pareciam encenar sincronização, Jair Bolsonaro, que estava jogando na retranca, avaliou ter de subordinar seu governo às forças políticas do Centrão, coordenadas por Arthur Lira, Presidente da Câmara; Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado, e o senador Ciro Nogueira, novo Chefe da Casa Civil.

Para sorte de Jair Bolsonaro, a Câmara dos Deputados é hoje presidida por Arthur Lira, e não Rodrigo Maia, que deu continuidade aos três pedidos de investigação interpostos contra Michel Temer. É assim que Lira ganha enorme relevância, mesmo que não possa, como nos

pedidos de impeachment, escolher se colocará em pauta ou não os referidos pedidos. Por exemplo: terá de colocar em pauta o pedido do Supremo Tribunal Federal de autorização para a investigação de Jair Bolsonaro com o material produzido pela CPI da Pandemia.

Ainda assim, o casamento com o Centrão constitui um presente de ouro, para quem precisa do Planalto para fazer prosperar os interesses não só deste grupo de políticos, mas também de prefeitos, governadores e parlamentares nos âmbitos federais e estaduais, com os quais queira se associar, sobretudo, nesse ano pré-eleitoral.

Essa estratégia de jogar na retranca com contra-ataques já se estampou nas manifestações de 1o de agosto, quando Bolsonaro, mais uma vez, recorreu ao expediente de elidir a discussão de temas políticos importantes em favor de agendas estridentes como o “voto impresso auditável”. Tenta, assim, proteger seu governo em seus nichos de fidelizados e, ao mesmo tempo, ceder ao jogo agressivo do Centrão, com cuja eventual fidelidade de voto, poderá impedir a abertura de investigações, o que vale dizer, seu afastamento da presidência por 180 dias.

Na minha visão, teremos três jogos ocorrendo paralelamente a partir desse mês de agosto e até final de setembro: (1) a CPI no Senado Federal produzindo seus efeitos no jogo político; (2) o jogo mais pesado, do campeonato principal, que será jogado na Câmara dos Deputados, com a reforma política eleitoral e o pedido de autorização de investigação de Jair Bolsonaro, quando for à pauta de julgamento dos deputados; e (3) a investigação das ameaças à democracia, fake News, turbinadas pela campanha de Jair Bolsonaro e os seus contra o sistema eleitoral eletrônico, o TSE e o ministro Luís Roberto Barroso, inquérito comandado pelo ministro Alexandre de Moraes no STF.

As ameaças contra a democracia subiram de intensidade com a reação de Jair Bolsonaro ao discurso de Luiz Fux na reabertura do judiciário e à nota de todos os presidentes do TSE de 1988 para cá.

Jair Bolsonaro está jogando na retranca e, como todo retranqueiro, faz contra-ataques com faltas e ruídos.



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

PAULO BAÍA



Compartilhe!

ENTREVISTA ESPECIAL - ELIZIANE GAMA

# 'Governo não dava vacina, dava remédio que podia matar as pessoas'

A senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) faz duras críticas ao presidente da República pela má condução das medidas de enfrentamento à pandemia da Covid-19 e os repetidos ataques à democracia brasileira e suas instituições

Por Caetano Araujo, Davi Emerich e André Amado

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid-19, no Senado Federal, tem destacado para todo o país alguns personagens da política brasileira. A senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA), de 44 anos, é um deles. Jornalista por formação, a parlamentar avalia que a CPI ganhou forte destaque no dia a dia do país por conta dos resultados das investigações realizadas até agora e pela participação feminina, ao contrário das comissões anteriormente criadas no Senado. Única mulher na bancada do Maranhão, eleita com mais de 1 milhão de votos, ela é a entrevistada especial desta 34ª edição da Revista Política Democrática On-line.

A senadora maranhense, que é autora do projeto de resolução que cria a liderança feminina no Senado e uma das articuladoras do acordo que garantiu a participação das mulheres na CPI da Covid-19, faz duras críticas ao governo do Presidente Jair Bolsonaro, por sua ineficiência no combate à pandemia e suas ações em busca da reeleição, como os ataques ao processo eleitoral brasileiro e a defesa do voto "impresso e auditável". "Bolsonaro não vai conseguir a reeleição. Daí a estratégia de usar a discussão do voto eletrônico que o elegeu, aliás, dezenas de vezes como área de turbulência da campanha eleitoral de 2022. É surreal", critica.

Na entrevista à Revista Política Democrática On-line, Eliziane Gama também avalia as implicações que podem ocorrer na CPI da Covid por conta da substituição de Ciro Nogueira pelo senador Flávio Bolsonaro. "Os sigilos: telemático, telefônico, fiscal, bancário, cruzamento de dados, trabalho de georreferenciamento que a gente está fazendo, geolocalização, tudo isso, estará agora à disposição do Presidente da República, por intermédio de seu filho", critica. "Mas isso não inibirá nosso trabalho, vamos trabalhar com a mesma eficácia", completa.

Temas como a necessidade de uma candidatura de terceira via para se sobrepor a Bolsonaro e Lula, nas eleições de 2022; a possibilidade de um impeachment do presidente, bem como os riscos em função da escalada de ataques feitos à democracia brasileira e suas instituições, também foram tratados pela parlamentar do Cidadania. Confira, a seguir, os principais trechos da entrevista.

**Revista Política Democrática Online**

**(RPD): Há consenso de que a CPI tenha afetado de maneira incisiva o cenário político nacional. O que esperar: elementos para o impeachment, denúncias ao Ministério Público, projetos legislativos ou uma grande pizza?**

**Eliziane Gama (EG):** Sou uma pessoa sempre muito otimista. Então, espero muito, menos pizza. É conhecido o bordão de que se sabe como uma CPI começa, mas não se sabe como termina". Trata-se de um processo de investigação e, como tal, a exemplo de um fio de novelo, o desenrolar é imprevisível. Aconteceu, por exemplo, com a operação Lava-Jato. Começou com a investigação de lavagem de dinheiro e se chegou inclusive a tráfico de drogas, desvio de recursos públicos, cerca de seis bilhões, só na CPI da Petrobras. Com a opção Mãos Limpas, na Itália, foi parecido: o início foi com algo aparentemente pequeno e, no final, descobre-se uma verdadeira organização criminosa atuando em vários ramos da sociedade.

Nesta CPI, o processo de investigação partiu da ação mais negacionista, da negligência, da distribuição de medicamentos sem eficácia comprovada, e, no meio dos trabalhos, deparou-se com denúncias graves de um possível grande esquema de corrupção, dentro do Ministério da Saúde, com atores operando neste e em governos anteriores, um esquema muito amplo de corrupção com pagamento de propina, em cima daquilo que deveria ser a esperança para o

“

VEJAM O QUE ACONTECEU NO AMAZONAS. LÁ, TENTOU-SE IMPLANTAR A IMUNIDADE DE REBANHO. PEDIU-SE OXIGÊNIO, MANDOU-SE CLOROQUINA. O RESULTADO FOI QUE, NO MEIO DE JANEIRO ÚLTIMO, CHEGAMOS A TER PICOS DE MAIS DE 200 PESSOAS MORRENDO POR DIA

”



povo brasileiro, a vacina. Em alguns casos, as propinas podem ter alcançado dois bilhões de reais, e o governo negligenciando. Poderia ter comprado um volume imenso de vacinas. No caso da Pfizer, por exemplo, não comprou e, ao mesmo tempo, distribuía medicamento sem eficácia comprovada. Isto é, não dava vacina, dava remédio que podia matar as pessoas.

Fiquei pensando como ser humano: "meu Deus, o que passa pela cabeça do comandante desta nação? Por quê? Por que não buscar a vacina?"

Aí, de repente, passa-se a buscar a vacina, mas com uma visão seletiva. No caso da Covaxin, o que se viu foi um grande esquema de corrupção, antecipação de volume realmente milionário, não só em real, mas em dólar, pagamento de empresa em paraíso fiscal. Tudo indica que temos hoje, diante de nós, um grande esquema de corrupção, que envolve agentes políticos, servidores de carreira, empresários e, a meu ver, o próprio Presidente da República, por prevaricação, ao não ter tomado medidas mais enérgicas, logo após receber a informação da denúncia feita pelo deputado Luís Miranda.

Voltando à pergunta: o que eu espero desta CPI? Que a gente aprofunde a investigação, envie a documentação para a Câmara dos Deputados, para a Procuradoria-Geral da República, que a gente não fique apenas no Brasil, mas encaminhe também, tudo isso, a tribunais internacionais, como o de Haia, solicitando providências.

Um dos estudos que a CPI recebeu reve-

lou que cerca de mais de 200 mil mortes poderiam ter sido evitadas. O número é altíssimo. Metade das pessoas mortas poderia ser evitada, mortes que poderiam ter sido evitadas com medidas não farmacológicas, se fossem aplicadas de forma efetiva, com base em um esquema efetivo de comunicação e, claro, ao mesmo tempo em que se buscassem vacinas de forma mais imediata. Teríamos hoje, no Brasil, volume muito maior de vacina do que temos atualmente. Só a Pfizer, que começou a vacinar no dia 14 de dezembro, enviou para o governo brasileiro quase 100 e-mails sem nenhuma resposta, omissão que retardou o recebimento de vacinas, vacinas que poderiam ter vindo, nunca vieram e poderão nem vir.

Fala-se em impeachment, são vários elementos para isso. Tem um elemento de ordem formal, portanto, uma denúncia de crime de responsabilidade - e eu começo a ver isso de forma muito clara com a própria atitude do Presidente da República. Mas há ainda mais dois elementos. Um deles é o apoio popular. Hoje o presidente, bem ou mal, ainda tem de 25 a 30% de aceitação popular. Quando Dilma foi submetida ao impeachment, ela tinha algo em torno de 9 a 10%. O que o presidente tem hoje é mais do dobro do que a Dilma tinha naquele momento. O outro elemento que torna o impeachment real é a decisão da Câmara dos Deputados. Para muitos, a aliança que o presidente celebrou com Lira, o Centrão, teria sido exatamente para impedir o impeachment.

“  
 NO CASO DA COVAXIN, AS EVIDÊNCIAS  
 INDICAM GRAVES DESVIOS DE  
 RECURSOS E, NO DA CORONAVAC,  
 A PREVALÊNCIA DO TEMOR DE  
 FORTALECIMENTO DA CANDIDATURA  
 DE UM SÉRIO COMPETIDOR DO  
 PRESIDENTE EM 2022, O QUE  
 RESULTOU EM BOICOTE  
 ”

Mas eu acho que, como o Congresso Nacional, ele é muito sensível à opinião pública, quanto mais houver manifestações pró-impeachment, mais próxima essa possibilidade estará de ocorrer. Caso, no entanto, não houver impeachment agora, a eleição será em pouco mais de um ano, e confio que a população brasileira terá a oportunidade de fazer essa mudança por meio do voto.

**RPD: A CPI tem duas dimensões: a da punição, o impeachment, enviar para o Ministério Público as denúncias e, também, a dimensão da construção, a questão de valor, a questão cultural. A esse respeito, tivemos um embate na CPI, que foi muito importante: negacionismo versus ciência. O que se poderia fazer para alavancar a ciência no Brasil?**

**EG:** Acho que nessa briga de negacionismo e ciência, a ciência começa a ganhar, mas, neste governo, o negacionismo acabou levando a melhor, como o expressa a quantidade de pessoas mortas no rastro de atitudes que negaram as medidas mais elementares de proteção contra a doença – evitar aglomerações e usar máscara e álcool em gel –, atitudes que se tornaram marca registrada do próprio Presidente da República.

Ao lado dessa postura criminoso, Bolsonaro ainda pregou a imunidade de reba-



Foto: Gláucio Dettmar/Agência CNU

nho. Em plena pandemia, fazendo jet-ski no Lago Paranoá, falou: "olha gente, todo mundo no Brasil vai pegar mesmo isso, não tem por onde, todo mundo tem que pegar mesmo, não tem o que fazer". Para ele, era o caso de apostar em uma imunidade de um rebanho sem vacina, porque, claro, existe a imunidade de rebanho com vacina, isto é, a vacina conduz à certa estabilidade. Não foi o caso dele. Vejam o que aconteceu no Amazonas. Lá se tentou implantar a imunidade de rebanho. Pediu-se oxigênio, mandou-se cloroquina. O resultado foi que, no meio de janeiro último, chegamos a ter picos de mais de 200 pessoas morrendo por dia. Uma coisa absurda!

Mas eu acho que a CPI começou a estimular um outro olhar. A própria população brasileira está se perguntando: "meu Deus do céu o que que é isso?" É difícil se ter uma visão independente da do líder da nação brasileira que é o Presidente da República, sem dúvida, o maior formador de opinião. As populações mais distantes da comunicação, as populações mais isoladas, os ribeirinhos, os povos tradicionais, as populações quilombolas, ouviram coisas do tipo: tome vacine que você vira jacaré. Meu



Deus, será que a gente vira mesmo jacaré? Ou então: se um homem tomar vacina, sua voz vai ficar fina, vai ficar como voz feminina". Imaginem o efeito dessas frases incríveis sobre as populações mais carentes de acesso à informação e à comunicação. O negacionismo tem sido devastador.

A CPI também tem mostrado que a ação do governo ou não aconteceu, ou nasceu distorcida. No caso da Covaxin, as evidências indicam graves desvios de recursos e, no da Coronavac, a prevalência do temor de fortalecimento da candidatura de um sério competidor do presidente, em 2022, o que resultou em boicote, enquanto foi possível, à entrada no Brasil da chamada "vacina chinesa", ou vacina do Dória. Quando o Ministério da Saúde entendeu não ser mais recomendável impedir o ingresso da Coronavac, o preço negociado com os chineses subiu dos 10 dólares acertados lá trás, com o Instituto Butantã/Governo de São Paulo, para dezoito dólares.

Para combater esse negacionismo e todas suas distorções, precisamos trabalhar num conjunto de medidas legislativas que mudem a forma da administração pública no Brasil, crie mecanismos mais transparentes e mais vigorosos de licitação, que proteja a presença de servidores públicos devidamente treinados, de confiança, mas não do ponto de vista político, mas técnico, profissional.

**RPD: Parece claro, hoje, que os partidos políticos, quando foram indicar seus integrantes para compor a CPI, subestimaram gravemente a participação das**

**mulheres. A bancada feminina fez reação forte, e as mulheres tiveram voz na CPI e uma participação para muitos até surpreendente. O desempenho das senadoras na CPI ajuda a avançar a consciência dos eleitores sobre a importância da participação das mulheres na política?**

**EG:** A gente conseguiu, graças a Deus, garantir o direito à voz à participação feminina. Foi muito importante participar ativamente das reuniões do plenário. Temos, inclusive, assumido alguns núcleos de trabalho: eu estou em um núcleo, e a Simone Tebet, em outro, trabalhamos intensamente.

É importante ressaltar que o que o Brasil vê hoje na CPI reflete o cotidiano do Congresso Nacional. Em vários outros momentos, as comissões não tiveram a presença de mulheres. Não repercutiu na opinião pública porque o nível de audiência não é o de uma CPI. Vocês sabiam que as mulheres são, em média, duas vezes mais interrompidas do que os homens? A gente, às vezes, tem de falar mais firme para poder ser ouvida. Eu que sou líder – se sou líder desde que cheguei no Senado Federal – percebo isso até no colégio de líderes. A gente tem de pedir várias vezes para falar e, como disse, não raro de maneira mais firme, porque sempre tem alguém, um homem, que diz: "olha, isso não é verdade, essa mulher está tentando se vitimizar". É tão inconsciente da parte do homem, que eles já agem de forma automática, nem percebem isso. Mas a gente conseguiu evoluir. Muito embora eu não te-

na direito a voto na CPI, tenho direito à voz e acesso às conversas e aos entendimentos.

**RPD: Que implicações poderão ter a substituição do senador Ciro Nogueira na CPI e, sobretudo, a indicação do senador Flávio Bolsonaro, como suplente**

**EG:** O que significa a vinda do Flávio Bolsonaro? As pessoas podem dizer que ele já era presença constante nas sessões plenárias. Pode ser que tumultue mais as sessões. O mais relevante, porém, ainda não foi devidamente avaliado pela opinião pública e a imprensa. Todo parlamentar no Senado Federal pode chegar no plenário, inscrever-se, mesmo que não fale ali no primeiro momento, ele pode ser o último, mas tem direito à fala; ele pode participar, por exemplo, das diligências mesmo que seja sessão secreta, qualquer senador, mesmo sem ser membro, pode participar, e o Flávio Bolsonaro vem fazendo isso. Mas tem algo que só um membro da CPI pode fazer, ter acesso a documento sigiloso. Se o Flávio Bolsonaro agora passa a ser membro da CPI, ele passa a ter acesso a toda documentação sigilosa da CPI. E isso significa muito porque nós temos hoje um catatau de documentos, em geral, digeridos primeiro pelos assessores do senador. A partir de agora, não será só o assessor que se debruçará sobre esses documentos; será também o senador Flávio Bolsonaro, o que vale dizer o Presidente da República passa a ter. Os sigilos: telemático, telefônico, fiscal, bancário, cruzamento de dados, trabalho de georreferenciamento que a gente está fazendo, geolocalização, tudo isso, estará agora à disposição do Presidente da República, por intermédio de seu filho, Flávio Bolsonaro.

A vinda dele é muito simbólica para a CPI, mas isso não inibirá nosso trabalho, vamos trabalhar com a mesma eficácia. Aproveito para lembrar que tive uma vez um embate com o Ciro, no dia da instalação da CPI. Ele sempre dizia que era a pessoa que mais valorizava as mulheres. Ele poderia agora valorizar a mulher colocando uma em sua vaga, aliás, sua suplente é sua mãe, uma mulher. Mas preferiu colocar o filho do Presidente da República. Esse é mais um incidente que ilustra as histórias de não valorização das mulheres no Senado. E a gente continua sem membro titular feminino na CPI.

**RPD: Qual é sua avaliação do governo**

“  
 PODERIA TER COMPRADO UM  
 VOLUME IMENSO DE VACINAS. NO  
 CASO DA PFIZER, POR EXEMPLO, NÃO  
 COMPROU E, AO MESMO TEMPO,  
 DISTRIBUÍA MEDICAMENTO SEM  
 EFICÁCIA COMPROVADA. ISTO É, NÃO  
 DAVA VACINA, DAVA REMÉDIO QUE  
 PODIA MATAR AS PESSOAS

”

**Bolsonaro? Ele merece disputar a reeleição ou procede a preocupação de muitos de encontrar um nome que elida o confronto Lula-Bolsonaro, um candidato de terceira via para 2022?**

**EG:** É premente termos uma terceira via no Brasil. Acho que precisamos construir isso, precisamos unir na verdade esse campo. São vários nomes que estão se apresentando, e a gente não consegue unificar essas frentes em torno de um apenas um nome? Diremos que a gente quer Lula e Bolsonaro no segundo turno das eleições, e isso é muito ruim.

Pessoalmente, tenho trabalhado muito para lograr essa unidade do campo, apenas um nome. Temos de encontrar, em relação a pelo menos uns cinco nomes que já se apresentaram, aquilo que possa nos unir, a proposta que, se não conseguir a unificação, pavimente o entendimento de quem chegará no segundo turno, a gente não pode ter Bolsonaro, entendeu? É o que realmente vejo neste momento e, dentro dessa perspectiva, acho que a gente precisa estar se juntando a cada dia mais, conversando a cada dia mais, dialogando a cada dia mais, chamando a sociedade civil. Lembra lá de 2002, quando o Presidente Lula, por exemplo, fez uma carta ao povo brasileiro? Ele tomou uma decisão naquele momento. Acho que agora, na atual conjuntura, a

“  
 PODE-SE APONTAR NO BOLSONARO  
 VÁRIOS ERROS, MENOS  
 INCOERÊNCIA. O QUE ELE ESTÁ  
 FAZENDO HOJE É O QUE ELE DISSE A  
 VIDA TODA. VEJA QUE AS FALAS E OS  
 VÍDEOS DO PRESIDENTE BOLSONARO,  
 QUANDO CANDIDATO A DEPUTADO  
 FEDERAL, ERAM ATÉ MAIS FORTES DO  
 QUE ELE ESTÁ FAZENDO HOJE

”

gente precisa apresentar para o povo brasileiro um programa de governo, um programa sem nome, sem cara, sem dizer quem é a pessoa, mas que, sobretudo, nos una, seja exatamente esse conjunto de ideias e opiniões que possam, na verdade, nos unificar e, nessa unificação, a gente possa apresentar, de fato, uma terceira via para o Brasil. Isso é fundamental para o processo democrático de direito, isso é fundamental para que a gente possa sair desse período que estamos vivendo, que é esse período com o Presidente Bolsonaro.

Pode-se apontar no Bolsonaro vários erros, menos incoerência. O que ele está fazendo hoje é o que ele disse a vida toda. Veja que as falas e os vídeos do Presidente Bolsonaro, quando candidato a deputado federal, eram até mais fortes do que ele está fazendo hoje. Falava claramente sobre a questão do armamento da população brasileira, sobre a necessidade de uma guerra civil no Brasil. Condenava, claramente, por exemplo, a população negra, as mulhe-



Foto: Gláucio Dettmar/Agência CNU

res, os povos quilombolas, a comunidade indígena. A desconstrução da política ambiental que estamos vivenciando hoje foi o que ele pregou a vida toda. O que estamos vivendo hoje, o armamento da população com aumento exorbitante de arma na mão da população brasileira, foi a principal ação de campanha dele. O que estamos acompanhando hoje de exclusão, de ataques à imprensa, sobretudo às mulheres jornalistas, foi o que ele sempre falou das mulheres do Brasil. Basta fazer um levantamento do que aconteceu, por exemplo, dentro da Câmara dos Deputados, suas falas sobre o homossexualismo, a questão das mulheres, a questão das mulheres negras. Sempre foi muito intolerante, não me surpreendo com a posição e a postura do Presidente da República. Precisamos ter cuidado com a falinha de começo de campanha, quando promete não se submeter à corrupção nem a fazer o velho jogo

político. São discursos para as redes sociais.

**RPD: Parece evidente que a popularidade do presidente está em queda, mas preocupa que, quanto mais isolado ele fica, mais radicaliza seu discurso contra as instituições e, nos últimos tempos, a realização de eleições. A seu ver, a democracia está em risco e, em caso afirmativo, o que as forças do campo democrático devem fazer para prevenir essa possibilidade**

**EG:** Uma das coisas que eu aprendi na minha vida foi não subestimar as pessoas, sua capacidade do bem e do mal. Lembra, lá atrás, quando alguém dizia: "é inviável, Bolsonaro não ganha uma eleição, um cara com esse perfil não consegue jamais ser Presidente da República". Também diziam isso do Trump, nos Estados Unidos. E os dois foram eleitos. Quando agora alguém diz: "não se pode implantar um golpe no Brasil porque estamos com as instituições de fato muito fortes", acho e torço para que não seja possível, mas a gente não pode subestimar a possibilidade. Quando o Presidente Bolsonaro diz isso, que se não tiver voto impresso não terá eleição no Brasil, é um recado claro, para a população brasileira, de implantar um golpe.

Mas o que dizem as Forças Armadas? Não sei. Mudaram os principais comandos das Forças Armadas, inclusive o ministro da Defesa, todos aparentemente mais alinhados com o presidente. Tudo indica que pode haver um grupo lá dentro que não se submeta cegamente ao Planalto. Mas a gente não pode achar isso suficiente para ficarmos tranquilos. Temos de estar muito atentos em relação a isso. A cada fala dele, a cada palavra que ele omite para a opinião pública, se a gente não tiver um contra-ataque, se não tivermos uma contra defesa, o que nós vamos ter, infelizmente, é uma possibilidade, sim, de interrupção da democracia brasileira. Já comentei uma vez que a sensação que tenho é que o presidente dá dois passos para frente, no sentido de avançar nas políticas radicais dele, aí ele sente o pulso da população brasileira. Se há um movimento, se o Congresso se manifesta, se todo mundo se manifesta, o Judiciário, aí ele dá um passo atrás, só que ele tinha avançado dois. Aí ele fica em uma nova posição. Aí ele vai fazendo isso e vai vendo, na

“

A ALIANÇA QUE O PRESIDENTE CELEBROU COM LIRA, O CENTRÃO, TERIA SIDO EXATAMENTE PARA IMPEDIR O IMPEACHMENT. O CONGRESSO NACIONAL É MUITO SENSÍVEL À OPINIÃO PÚBLICA, QUANTO MAIS HOVER MANIFESTAÇÕES PRÓ-IMPEACHMENT, MAIS PRÓXIMA ESSA POSSIBILIDADE ESTARÁ DE OCORRER

”

verdade, sentindo até onde ele vai conseguir avançar com as políticas radicais dele.

O embate em torno do voto impresso bem ilustra esse cenário. Nesse sentido, tiveram impacto os pronunciamentos tanto no TSE quanto no Congresso Nacional. A fala do Presidente do Senado ressaltou que qualquer processo tem que acontecer no âmbito do Legislativo, e essa não deve ser a pauta agora. A pauta agora é o enfrentamento da pandemia - nem agora e nem depois, porque nós temos um modelo no mundo, que é o voto eletrônico. Logo, a tecnologia é muito importante. Se falar: "o voto não é auditável", o voto é auditável sim, hoje. Porque não é em rede. Você tem sistemas, na verdade, que são isolados, que é a urna eletrônica, e depois você emite, quando você emite aquela documentação não diz quem votou, mas diz a quantidade de votos que teve ali e para quem foi um determinado voto, ele fica fixado lá no colégio eleitoral, lá na seção eleitoral. E se você votou, você vai lá saber sempre que lá teve algum voto. Não diz que foi você, mas lá

teve dois, três votos para aquele determinado candidato. Então, ele é absolutamente auditado.

O presidente tenta criar uma cortina de fumaça para criar um clima de instabilidade e justificar o que ele já prevê, uma derrota nas urnas. É por isso que digo, a gente pode não ter o impeachment agora, mas, para mim, é muito claro que o Presidente Bolsonaro não vai conseguir a reeleição. Daí a estratégia de usar a discussão do voto eletrônico que o elegeu, aliás, dezenas de vezes, como área de turbulência da campanha eleitoral de 22. É surreal.

**RPD: Volto à questão dos militares. Como vê a participação deles nos projetos eleitorais do presidente? Terão papel decisivo na eventual ameaça à democracia?**

**EG:** Eu acredito no bom senso dos integrantes das Forças Armadas. Já ouvimos altos escalões dizerem que não aderirão a condutas que contrariem a Constituição Federal. São oficiais que defendem a democracia, que estimam como foi importante lutar para chegar aonde já chegamos. É verdade que o presidente tenta insuflar outro grupo em favor de suas propostas mais radicais. Tanto que, em nenhum momento da história do Brasil, tivemos membros das Forças Armadas em cargos do governo, como temos hoje. Por quê? Porque o presidente na verdade implanta isso. São mais de seis mil na administração pública. Já se prevê briga acirrada entre o Centrão e os militares, muitos deles investigados em atos de corrupção, dentro do Ministério da Saúde.

Bolsonaro está fazendo um desserviço ao Brasil, ao tentar macular as Forças Armadas, porque as Forças Armadas têm papel importante no Brasil como instituição. Quando ele tenta desconstruir isso, colocando militares em tudo quanto é cargo do governo, e alguns deles, inclusive, envolvidos em atos de corrupção, ele tenta comprometer a boa imagem que as Forças Armadas sempre tiveram. As pesquisas já começam a revelar esse fenômeno.

Isso é muito ruim, mas é um jogo que ele faz de forma pensada. O Presidente da República pensa em tudo o que faz, planeja tudo, não faz nada de forma aleatória. Uma live é de forma muito pensada, no momen-

to certo, para tentar desviar um foco, para poder mudar realmente a atenção de um determinado espaço.

Mas tenho esperança no Brasil, no futuro, na vida. Temos um Congresso Nacional muito ativo, um Judiciário muito atento, e eu acho que, assim como diz a Constituição, que nós somos poderes autônomos, mas harmônicos, com peso e contrapeso, eu acho que isso está funcionando, realmente, muito bem no Brasil.

**RPD: Há espaço na terceira via para mulheres?**

**EG:** Há sim, acho que há espaço, mas precisamos trabalhar isso. A terceira via tem que ter presença feminina na chapa, ou na cabeça de chapa ou como vice. Aliás, acho que esse deve ser um trabalho do Brasil inteiro, nós só temos uma governadora no Brasil hoje. Nós temos que ter governadoras, nós precisamos ter vice-governadoras. Tenho um projeto de lei que estabelece que, na chapa majoritária, tenha presença de homens e de mulheres. Se é um candidato homem, a vice tem que ser mulher, se a mulher é candidata, o vice, um homem. Aqui do lado, no Chile, devolvemos cadeiras das mulheres para os homens, porque chegou a um nível de paridade tamanho que já estava ultrapassando, e, no Brasil, a gente não tem isso. Eu acho que a presença das mulheres na chapa da terceira via, vai servir como elemento educativo para todas as eleições de cargos majoritários no Brasil inteiro.



SAIBA MAIS SOBRE A ENTREVISTADA

**ELIZIANE GAMA**



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

**CAETANO ARAÚJO**



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

**DAVI EMERICH**



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

**ANDRÉ AMADO**



Compartilhe!

# Os desafios e os riscos da Constituinte chilena

Processo político e institucional no Chile pode ser considerado como o mais democrático e participativo de reconhecimento da soberania cidadã, em toda a história da América Latina, mas a refundação do Estado chileno pode ter complicações irreparáveis, avalia Alberto Aggio



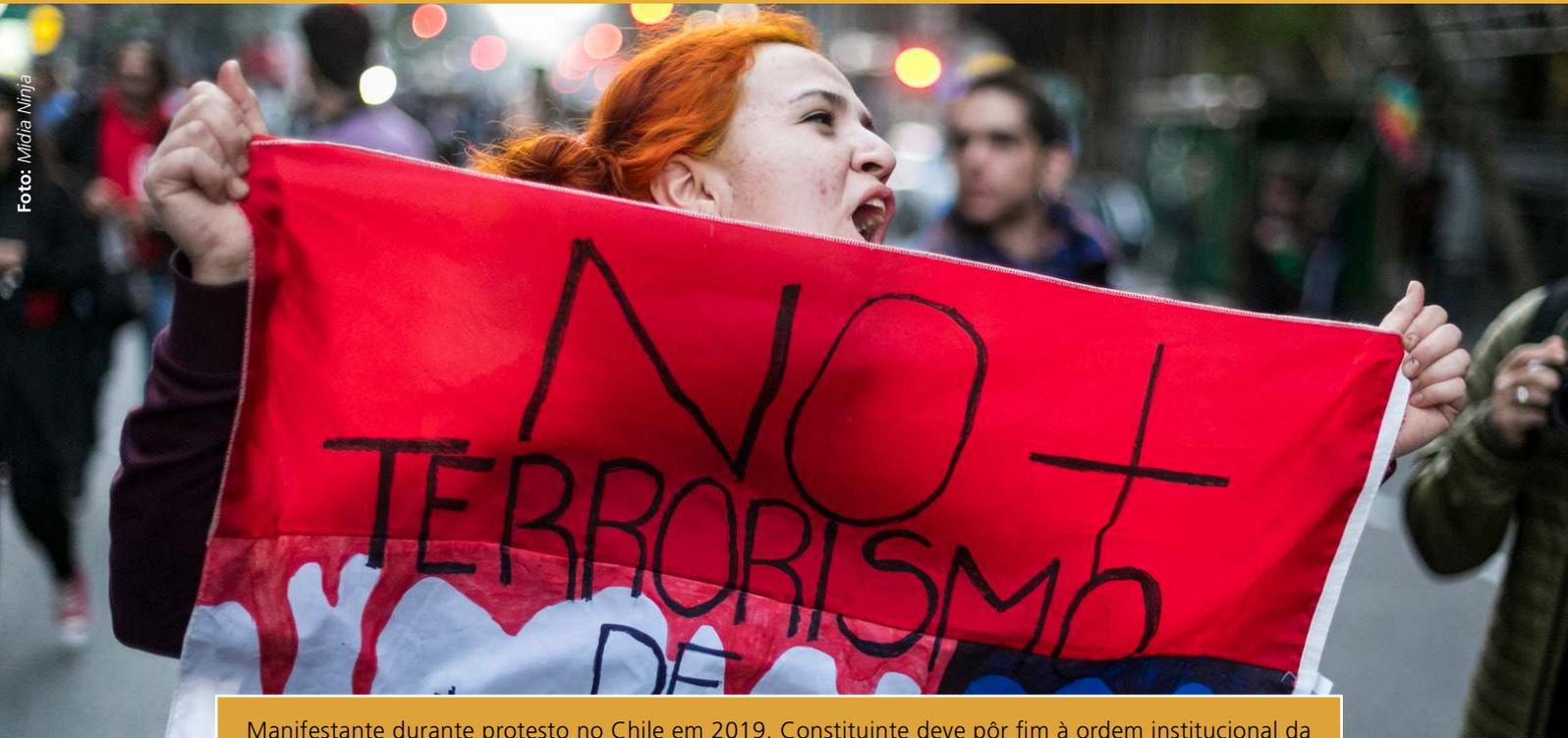
Termos da refundação foram claros no discurso de Elisa Loncón (d), Presidente da Assembleia Constituinte: “Esforço de unidade” para “transformar” o Chile, “ampliando a democracia”

Sob imensas expectativas, instalou-se, no início de julho, a “Convención Constituyente” que deverá elaborar a nova Constituição do Chile no prazo de nove meses, prorrogáveis por mais três, para, em seguida, ser levada a plebiscito. São expectativas compartilhadas dentro e fora do Chile, mas há sérios riscos de uma derrapagem que pode causar complicações irreparáveis.

Nascida de protestos cívicos, cujo ápice foi a manifestação multitudinária de 18 de outubro de 2019, a Constituinte ganhou vida mediante um acordo firmado entre as principais forças políticas do país que reconheceram a legitimidade do que se passava nas ruas. Es-

tabeleceu-se a realização de um plebiscito (realizado em 25 de outubro de 2020) que sancionou, tanto a vontade majoritária por uma nova Constituição, como a eleição específica e paritária de 155 constituintes, dentre eles 17 representantes dos “povos originários”, o que se concretizou nas eleições de 16 de maio deste ano. Estabeleceu-se, desde novembro de 2019, que 2/3 seria o critério para aprovação de todas as matérias constitucionais.

Talvez não se conheça processo político e institucional mais democrático e participativo de reconhecimento da soberania cidadã, em toda a história da América Latina. Com a aprovação de 80% no plebiscito, feriu-se de



Manifestante durante protesto no Chile em 2019. Constituinte deve pôr fim à ordem institucional da Constituição de 1980, imposta pela ditadura de Augusto Pinochet

morte a ordem institucional da Constituição de 1980, imposta pela ditadura de Augusto Pinochet e, ao mesmo tempo, abriu-se a senda da refundação do Estado chileno, expressa na instalação da Constituinte.

Está em curso, portanto, a ultrapassagem da Constituição de 1980 que amordaçou a sociedade chilena e, também, a estratégia de “reformas” desta mesma Constituição implementada pelos diversos governos da Concertación, desde 1990, que, embora tenha feito avançar a democratização, não conseguiu adequar-se aos novos tempos, ampliando direitos ou reelaborando aqueles que foram perdidos, desde o golpe militar de 1973.

Trata-se efetivamente de uma “experiência disruptiva”, mas não equivalente a uma “revolução”, em seu sentido convencional; nem mesmo equiparável à “Primavera Árabe”, iniciada na segunda década do século. O processo em curso no Chile visa, essencialmente, refundar o Estado, mas está institucionalizado, como ficou claro na instauração da Convención.

Os termos da refundação aparecem claramente no discurso de Elisa Loncón[1], eleita como Presidente da Assembleia. Ela pediu um “esforço de unidade” para “transformar” o Chile, “ampliando a democracia”, tornando-o socialmente mais igualitário, sexualmente mais livre, economicamente mais justo, eco-

“

TRATA-SE EFETIVAMENTE DE UMA “EXPERIÊNCIA DISRUPTIVA”, MAS NÃO EQUIVALENTE A UMA “REVOLUÇÃO”, EM SEU SENTIDO CONVENCIONAL; NEM MESMO EQUIPARÁVEL À “PRIMAVERA ÁRABE”, INICIADA NA SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO

”

logicamente sustentável, e, por fim, um país “plurinacional e intercultural”. Um programa máximo, pensado a partir dos novos direitos e novas subjetividades que terá de interagir com dimensões externas à Constituinte, ou seja, com um governo impopular e um Congresso a ser renovado junto com a Presidência da República nas eleições do final do ano.

Apelando para a soberania plena da Constituinte e levando em conta suas primeiras iniciativas, está claro que os “maximalistas” tentarão superar a imposição dos 2/3, violando o acordo originário. Como afirma o soció-

logo Patricio Navia, parece claro que a maioria dos constituintes “está decidida a se livrar da camisa de força representada pelo acordo que sancionou o início do processo” [2]. Com a legitimidade lida em chave exaltada – como uma “tomada de poder” – e o enfraquecimento das demais instituições políticas, a direção da Constituinte convocou, inclusive, um debate sobre a libertação dos detidos nas manifestações de 2019, atuando fora de suas atribuições.

Serão complexas também as relações da Constituinte com os candidatos à Presidência. Por um lado, as pautas da Constituinte podem ser “presidencializadas”; por outro, em campanha, os candidatos poderão se sentir condicionados aos encaminhamentos político-ideológicos da Constituinte; e se, por fim, o vencedor não for propriamente ao gosto da direção da Assembleia, pode-se supor que haverá alguma tentativa de diminuir poderes ao Executivo. Num contexto mais polarizado, poderá haver, inclusive, a tentação de se convocar novas eleições presidenciais.

Em entrevista recente, o jornalista e escritor José Rodríguez Elizondo vê tudo isso com apreensão e adverte: “Quando uma sociedade começa a se odiar, deixa de ser viável” [3]. Para ele, o concurso do “centro político” poderia ser bastante saudável nesse processo legítimo de refundação do Estado chileno.

[1] Elena Loncon tem 58 anos, foi eleita como representante mapuche, é formada pela Universidade de Santiago (USACH) e fez doutorado em Humanidades e Linguística na Universidade de Leiden, na Holanda.

[2] Patricio Navia, “La poderosa Convención Constitucional” In *El Libero*, cf. <https://ellibero.cl/opinion/patricio-navia-la-poderosa-convencion-constitucional/>

[3] <https://www.elmostrador.cl/cultural/2021/07/13/jose-rodriguez-elizondo-candidato-a-premio-nacional-de-humanidades-cuando-una-sociedad-empieza-a-odiarse-deja-de-ser-viable/>

“

COM A APROVAÇÃO DE 80% NO PLEBÍSCITO, FERIU-SE DE MORTE A ORDEM INSTITUCIONAL DA CONSTITUIÇÃO DE 1980, IMPOSTA PELA DITADURA DE AUGUSTO PINOCHET E, AO MESMO TEMPO, ABRIU-SE A SENDA DA REFUNDAÇÃO DO ESTADO CHILENO

”



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

ALBERTO AGGIO



Compartilhe!



Sérgio Moro: Atuação do ex-juiz foi considerada parcial por ministros como Gilmar Mendes

## Declaração de incompetência do foro de Curitiba e suspeição de Sérgio Moro

Decisão do Supremo Tribunal Federal trouxe consequências danosas ao processo político eleitoral brasileiro, tanto na eleição de 2018 quanto para a de 2022, e à legitimidade do STF, enquanto guardião da Constituição Federal, avalia Marco Marrafon

**D**uas grandes polêmicas jurídicas tomaram conta dos debates nacionais recentemente. A primeira em torno da declaração de nulidade das ações penais que tramitaram na 13ª Vara Federal de Curitiba em que o ex-presidente Lula era réu. A segunda, em relação à suspeição do ex-juiz Sérgio Moro para julgá-lo.

No mês de março de 2021, o ministro Luiz Edson Fachin, em sede de Embargos de Declaração no Habeas Corpus nº 193.726, por via de decisão monocrática, declarou a incompetência da 13ª Vara Federal de Curitiba para o processamento e julgamento das ações penais relativas ao tríplex em Guarujá/SP, ao sítio de Atibaia/SP, às doações ao Instituto Lula e à sede do Instituto Lula, determinando a remessa desses processos ao foro do Distrito Federal. Prevaleceu a tese que a 13ª Vara Federal de Curitiba seria competente apenas para o

“

DESFECHO REVELA FALHAS GRAVES NO SISTEMA DE JUSTIÇA BRASILEIRO EM SUAS DIVERSAS INSTÂNCIAS, POIS, DESDE O INÍCIO, TAIS QUESTÕES DEVERIAM ESTAR DECIDIDAS DE ACORDO COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL

”

julgamento dos fatos relacionados à Petrobras. Tal entendimento foi confirmado pelo Plenário do STF, por 8 votos a 3.

Nele, chamou a atenção o voto do ministro Alexandre de Moraes, ao reclamar que Curitiba se tornou "o júízo universal de combate à corrupção", porque o Ministério Público Federal incluía a Petrobras em citações em todas as denúncias para chamar a prevenção do foro.

Entre os votos divergentes destaca-se o do ministro Marco Aurélio. O então decano ressaltou já ter sido, a questão da incompetência territorial, apreciada em diversas instâncias e demonstrou preocupação com o clamor popular em torno da matéria: "Se voltam à estaca zero, a perplexidade da população passa a ser enorme. E isso em ações que não tem o contraditório. O desgaste institucional do Judiciário é enorme, no que se mitiga, esvazia-se totalmente a segurança jurídica."

Ao anular as condenações, o ministro Fachin declarou, também, a perda do objeto do HC nº 164493, em que era discutida a suspeição do ex-juiz Moro. A Segunda Turma rejeitou essa tese da perda de objeto e declarou a suspeição do ex-juiz, o que foi confirmado pelo Plenário do STF, também por maioria.

Em voto vencedor, o ministro Gilmar Mendes argumentou que a imparcialidade é um dos pilares fundamentais do Estado de Direito e que, em violação a esse princípio, haveria graves demonstrações de que a atuação do ex-juiz Moro foi parcial, como por exemplo, a divulgação ilegal de áudios que prejudicaram a defesa, as arbitrárias quebras de sigilo telefônico, inclusive dos advogados, e as ações tomadas pelo ex-juiz para impedir a soltura do réu.

As consequências jurídicas da declaração de nulidade e de suspeição são diferentes. No primeiro caso, a nulidade territorial implicaria na anulação dos atos decisórios, mas haveria a preservação de grande parte das provas produzidas, que poderiam ser aproveitadas pela vara competente. Também a nulidade estaria restrita aos casos em que não existisse relação com as investigações envolvendo a Petrobras.

Já na declaração de suspeição, o vício da parcialidade contamina todo o processo, anulando os atos decisórios e viciando as provas produzidas, englobando, inclusive, a fase pré-processual. Ademais, sendo a suspeição relacionada à pessoa do juiz e não à incompetência territorial, a tendência é que haja extensão da suspeição em relação a outros processos em que o ex-presidente é réu.



Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

Plenário do STF. Tribunal acerta quando não relativiza a garantia constitucional do devido processo legal

Em conclusão, é possível afirmar que o Supremo Tribunal Federal acerta quando não relativiza a garantia constitucional do devido processo legal, valor inegociável e ínsito à ideia de Estado de Direito.

No entanto, o desfecho revela falhas graves no sistema de justiça brasileiro em suas diversas instâncias, pois, desde o início, tais questões deveriam estar decididas de acordo com a Constituição Federal. Muito tempo se passou sem que o Poder Judiciário, inclusive o STF, tomasse a decisão correta, o que prejudica severamente a devida apuração das denúncias de corrupção, uma vez que haverá um reinício das investigações e de eventual processo.

Além das sequelas processuais, a insegurança jurídica ocasionada pela oscilação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal trouxe consequências danosas ao processo político eleitoral brasileiro (tanto na eleição de 2018, quanto na de 2022) e à legitimidade do STF, enquanto guardião da Constituição Federal, alimentando uma crise que coloca em risco a democracia constitucional.



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

**MARCO MARRAFON**



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

**ALEXANDRE CÉSAR**



**Compartilhe!**



Foto: Tânia Rego/Agência Brasil

# *Escândalos das vacinas deixam país mais fragilizado na pandemia*

Investigação aponta que governo brasileiro abriu espaço para favorecer pessoas que não tinham vínculos com fabricantes dos imunizantes



Roberto Ferreira Dias (E) recebeu voz de prisão durante seu depoimento à CPI da Covid-19, dada pelo presidente da Comissão, o senador Omar Aziz (C)

**D**enúncias de corrupção com pagamento de propina em paraíso fiscal e mais de 100 tentativas de negociação de vacinas da Pfizer ignoradas pelo governo brasileiro, escancararam um país fragilizado por uma série de escândalos em torno da imunização contra a Covid-19. A pressão para que o Presidente Jair Bolsonaro (sem partido) seja julgado por tribunais internacionais aumenta a crise política.

Na iminência de uma terceira onda da pandemia do coronavírus, o Brasil ainda vive os duros reflexos da falta de política pública nacional de saúde voltada ao enfrentamento da Covid-19 e das iniciativas tardias para o início da vacinação. Com pouco mais de 20% de toda a sua população imunizada, o país caminha para superar a marca de 600 mil mortos pela doença.

A investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid revela ao país dados de um cenário de horror. Ao todo, até o início deste mês, no Brasil, o número de vítimas da pandemia ainda era ao menos 12 vezes maior que o de vacinados, o que exemplifica as consequências de um país tomado por denúncias relacionadas às imunizações e governado por um presidente declaradamente negacionista.

O avanço das investigações da CPI segue rumo à confirmação da tese já levantada por alguns senadores: o governo federal abriu espaço para pessoas que não tinham vínculos com fabricantes das vacinas, enquanto dificultou o acesso ao Instituto Bu-

“

O AVANÇO DAS INVESTIGAÇÕES DA CPI SEGUE RUMO À CONFIRMAÇÃO DA TESE JÁ LEVANTADA POR ALGUNS SENADORES: O GOVERNO FEDERAL ABRIU ESPAÇO PARA PESSOAS QUE NÃO TINHAM VÍNCULOS COM FABRICANTES DAS VACINAS

”

Foto: Leopoldo Silva/Agência Senado



Omar Aziz: "Nós estamos estarecidos com a facilidade com que pessoas desqualificadas adentraram o ministério"

tantan, em São Paulo, e à multinacional Pfizer, sediada em Nova Iorque, nos Estados Unidos.

Senadores da oposição e da base governista questionam o porquê e como foi aberto o canal para que figuras como Luiz Paulo Dinguetti e Cristiano Carvalho, que se apresentaram como representantes da Davati Medical Supply, pudessem ter espaço entre os servidores do Ministério da Saúde.

"Não houve nenhuma facilidade para eles [para a Pfizer]. Houve uma facilidade para o Dinguetti, que o senhor Blanco nunca tinha visto. Houve uma facilidade de ir para um restaurante à noite e, no dia seguinte, foi aberto o Ministério da Saúde para ele", disse o presidente da CPI, Omar Aziz (PSD-AM).

Dinguetti denunciou à Folha de S. Paulo ter recebido pedido de propina do então diretor de Logística do Ministério da Saúde, Roberto Ferreira Dias, em um jantar no Vasto Restaurante, no Brasília Shopping, na capital federal, no dia 25 de fevereiro.

A proposta, segundo ele, era de US\$1 por dose da vacina AstraZeneca, em troca da assinatura de um contrato de venda de 400 milhões de doses do imunizante,

o que geraria um montante ilícito de R\$2 bilhões. Diante do escândalo, Dias foi exonerado.

O tenente-coronel Marcelo Blanco, ex-assessor de Roberto Ferreira Dias, que era diretor do Departamento de Logística do Ministério da Saúde, foi quem apresentou Dinguetti ao ex-diretor do Departamento de Logística da pasta.

"Nós estamos estarecidos com a facilidade com que pessoas desqualificadas adentraram o ministério. Desqualificadas em todos os sentidos. E foram levadas por pessoas do ministério, não caíram do céu", ressaltou Aziz, durante sessão da CPI.

Segundo Blanco, as conversas com Dinguetti tiveram início no dia 9 de feve-

“

DE ACORDO COM A INVESTIGAÇÃO DA CPI, MARCELO BLANCO TERIA LEVADO DOMINGUETTI ATÉ ROBERTO DIAS, PARA O ENCONTRO NO RESTAURANTE DO SHOPPING, EM BRASÍLIA, ONDE DIAS TERIA FEITO UM PEDIDO DE PROPINA DE US\$1 POR DOSE DE VACINA AO DOMINGUETTI

”

Dinguetti, na ocasião, teria informado que tinha aproximação com o Ministério da Saúde, por meio do presidente da SENAH - Secretaria Nacional de Assuntos Humanitários -, reverendo Amilton Gomes de Paula, mas que necessitaria da ajuda de Blanco para fechar as negociações.

De acordo com a investigação da CPI, Marcelo Blanco teria levado Dinguetti até Roberto Dias, para o encontro no restaurante do shopping, em Brasília, onde Dias teria feito um pedido de propina de US\$1 por dose de vacina ao Dinguetti.

"Não foi um encontro casual, eu sabia que o Roberto Dias estava no Vasto. Posso ter sido inconveniente? Posso ter sido.



Luiz Paulo Domingueti (E) e Cristiano Carvalho se apresentaram como representantes da Davati Medical Supply. À Folha de S. Paulo, Domingueti disse ter recebido pedido de propina de Roberto Ferreira Dias, “no valor de US\$1 por dose da vacina AstraZeneca”

Mas não vi mal nenhum”, afirmou Blanco à CPI. No entanto, ele disse que não presenciou nenhum pedido de propina.

### Agenda oficial

“Ele, Domingueti, pediu-me a possibilidade de ter uma agenda oficial. Quando tomei conhecimento que Roberto estaria no Vasto, sugeri a ele: ‘Eu te apresento, faça você o pedido da sua agenda’, e assim foi feito.” No dia seguinte, Domingueti teria conseguido uma reunião oficial no Ministério da Saúde, com Roberto Dias.

Dias, contudo, já não tinha, em 25 de fevereiro, qualquer autoridade sobre a aquisição de vacinas, o que já estava sob a responsabilidade de Elcio Franco, desde 29 de janeiro, data em que foi publicado o ofício com a mudança.

Blanco nega ter aberto acesso de Domingueti ao diretor do Departamento de Logística do Ministério da Saúde. “Nunca ajudei na elaboração da documentação, simplesmente orientei [Domingueti] a utilizar os meios estatais. Da mesma forma, nunca acompanhei representante de qualquer empresa”, afirmou o tenente-coronel na CPI.

Em 30 dias, o coronel e Domingueti trocaram 108 ligações, sendo 64 de iniciativa do coronel Blanco, como informou o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE). Segundo Blanco, todas as conversas se restringiram a tratar do mercado privado.

Na CPI, o reverendo Amilton Gomes de Paula afirmou ter conversado com Herman Cardenas, proprietário da Davati Medical Supply, sobre a proposta de 400 milhões de doses. Segundo ele, o empresário garantiu que tinha as doses. Em entrevista ao Fantástico, no entanto, Cárdenas, disse apenas que atuava como um facilitador e que não tinha as vacinas.

Em outra contradição, Dominghetti afirmou, em seu depoimento à CPI, que não tem nenhuma relação contratual com a Davati. “Havia um acordo de cavalheiros, até porque eu sou funcionário público e não posso assinar contrato”, afirmou o policial militar.

O laboratório britânico AstraZeneca também informou que todas as negociações são feitas diretamente “por meio de acordos firmados com governos e organizações multilaterais ao redor do mundo, incluindo a da Covax Facility, não sendo possível disponibilizar vacinas para o mercado privado ou para governos municipais e estaduais no Brasil”.

Além disso, negou que tenha qualquer relação contratual com a empresa Davati Medical Supply, sediada no Texas. O único contrato da AstraZeneca firmado com o Brasil ocorreu por meio da Fundação Oswaldo Cruz (Fio-cruz), nos dias 8 e 9 de setembro de 2020.

Aos senadores, ele identificou José Ricardo Santana, que também trabalhava no Departamento de Logística do Ministério da Saúde, como a quarta pessoa que estava no encontro do Vasto Restaurante, no Brasília Shopping, no dia 25 de fevereiro. Depois que deixou a pasta, Santana também se tornou empresário.



Tenente-coronel Marcelo Blanco negou ter aberto o acesso de Domingueti ao Dias



Amilton Gomes de Paula chora durante seu depoimento à CPI: Reverendo confirmou vínculo com Roberto Cohen, conforme revelou a Sportlight

## Nome de Bolsonaro aparece como parceiro do reverendo Amilton

O Presidente Jair Bolsonaro (sem partido) aparece como diretor de uma entidade aberta equivalente à junta comercial da Flórida, junto com Roberto Cohen, citado na CPI como parceiro do reverendo Amilton Gomes de Paula, que confirmou o vínculo, conforme revelou a Sportlight.

A Missão Humanitária do Estado Maior das Forças Armadas foi registrada em Miami, em 30 de outubro de 2020, na pandemia. Como diretores, aparecem, no ato de abertura, Jair Bolsonaro (presidente da entidade), Hamilton Mourão (vice) e Roberto Cohen (secretário). Trata-se de “uma organização diplomática, humanitária, com missão de paz, militar, organização intergovernamental e nonprofit”. As entidades “nonprofit” são, em tese, sem fins lucrativos.

No último dia 15 de março, segundo a reportagem, uma atualização foi realizada na junta da Flórida. Permaneceram os nomes

de Jair Bolsonaro, Hamilton Mourão e Roberto Cohen, que passou a constar como “tenente coronel capelão”.

Além disso, foram incluídos os nomes de Fernando Azevedo e Silva, então ainda Ministro da Defesa, e de Raul Botelho, que consta como Tenente-Brigadeiro do Ar e que, naquela ocasião, ocupava o cargo de Chefe do Estado-Maior do Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa, de onde foi exonerado no dia 20 de maio, indo para a reserva no dia 2 de junho último.

Durante a audiência da CPI, o senador Jean Paul Prates (PT-RN) afirmou que a “Missão Humanitária do Estado Maior das Forças Armadas do Brasil” aparece citada nos documentos do reverendo Amilton.



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

CLEOMAR ALMEIDA



Compartilhe!

# Vieira, precursor de Freud?

Maior personalidade da cultura luso-brasileira de seu tempo, Padre Antônio Vieira também era surpreendente e atualíssimo, avalia Ivan Alves Filho, em seu artigo

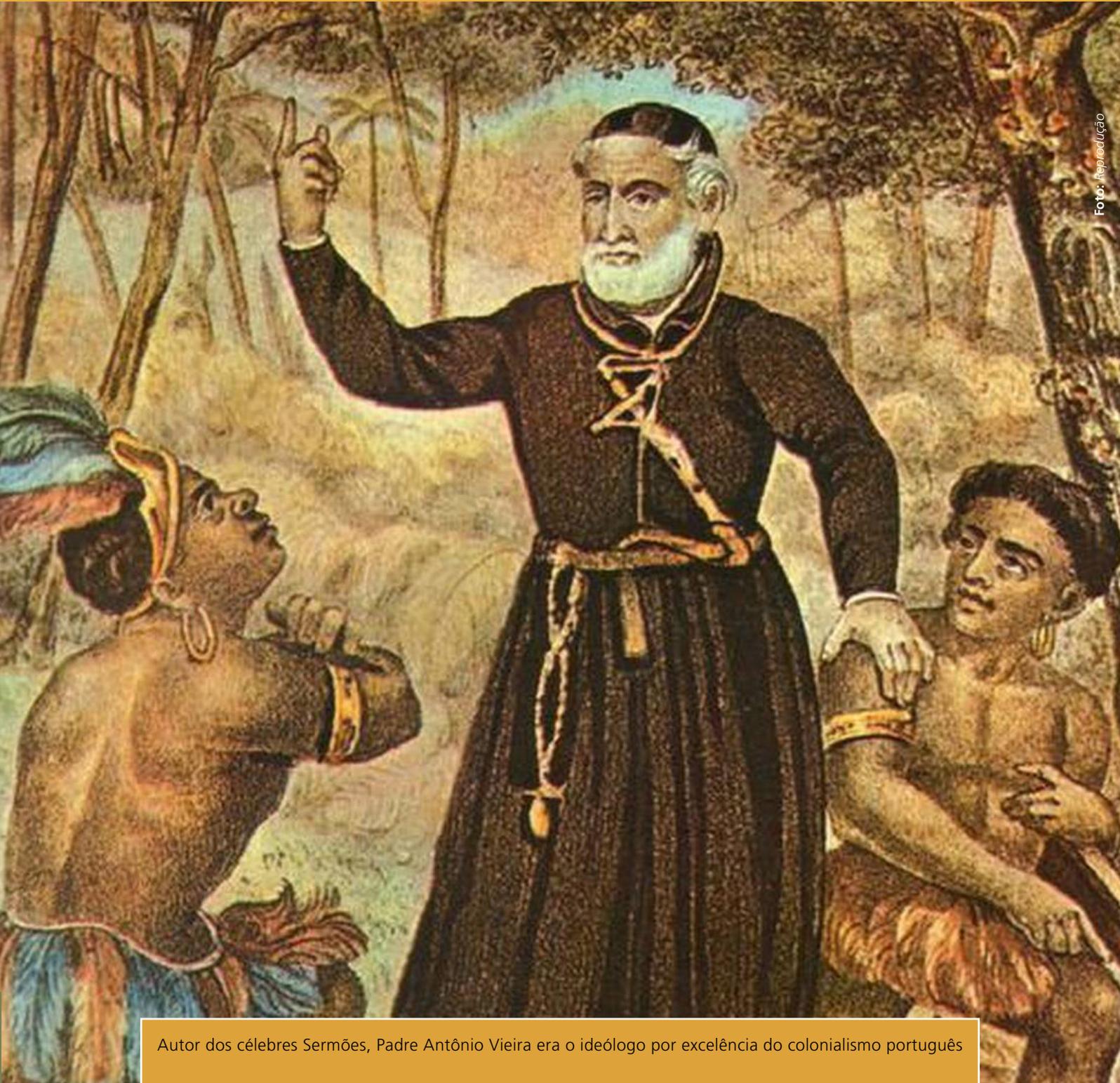


Foto: Reprodução

Autor dos célebres Sermões, Padre Antônio Vieira era o ideólogo por excelência do colonialismo português

**D**urante as minhas andanças por Lisboa, Algés e Coimbra, quando recolhia material para escrever o livro Memorial dos Palmares, relativo à saga dos quilombolas refugiados na Serra da Barriga, ao longo do século XVII e primeiras décadas do século seguinte, não tive dificuldades em constatar ser quase uma obrigação pesquisar os escritos do Padre Antônio Vieira. Um dever de ofício. E por uma razão simples: o autor dos célebres Sermões era o ideólogo por excelência do colonialismo português, conforme definiu, certa feita, José Honório Rodrigues. Ou seja, Vieira era o principal Conselheiro do Rei, aquele que enxergava melhor os problemas - e detinha, por vezes, a fórmula de resolvê-los. Estrategista político de primeira linha, Antonio Vieira era ainda um catequista e um educador extraordinário. E, de quebra, escrevia admiravelmente bem. Foi, provavelmente, a maior personalidade da cultura luso-brasileira de seu tempo.

Tive a felicidade, inclusive, de poder identificar um texto de Vieira, que dormitava como documento anônimo na Biblioteca da Ajuda (apesar do nome, um rico arquivo de manuscritos alojado no suntuoso Palácio da Ajuda, nas cercanias de Lisboa). Versando sobre o Quilombo dos Palmares e a chamada Guerra dos Bárbaros, no sertão nordestino, o documento fora visivelmente redigido por um eclesiástico. Tendo feito uma cópia, levei o texto para um especialista do Arquivo Histórico Ultramarino e, juntos, nós o comparamos a um outro documento original de Vieira existente na instituição. Uma comparação letra a letra, quase. Resultado: estávamos, mesmo, frente a um inédito do Padre Antônio Vieira. Sorte minha.

Por que tudo isso me vem à memória? Pelo seguinte motivo: há poucos dias, ao ler algumas passagens de Vieira, fiz a descoberta de um autor inteiramente novo. Um Vieira surpreendente; atualíssimo também. Eis aqui um trecho, escrito há mais de três séculos: “Os sonhos são imagens da vida. Cada um sonha com o que vive. Os sonhos são uma pintura muda, em que a imaginação a portas fechadas e às escuras retrata a vida e a alma de

cada um, com as cores das suas ações, dos seus propósitos e dos seus desejos”.

Vieira, precursor de Freud? Quem sabe? É sempre bom lembrar que antes, muito antes da psicanálise, a religião já escarafunchava a alma humana e que o divã pode perfeitamente ser uma forma de confessorário na sociedade moderna.

Resta saber o que o próprio Padre Vieira pensaria de tudo isso. E Freud também, naturalmente.

“

É SEMPRE BOM  
LEMBRAR QUE  
ANTES, MUITO ANTES  
DA PSICANÁLISE,  
A RELIGIÃO JÁ  
ESCARAFUNCHAVA  
A ALMA HUMANA E  
QUE O DIVÃ PODE  
PERFEITAMENTE  
SER UMA FORMA DE  
CONFESSIONÁRIO NA  
SOCIEDADE MODERNA

”



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

IVAN ALVES FILHO



Compartilhe!

# A Incrível Lenda da Inferioridade 2021

Livro reflete sobre o que foi ocultado acerca do poder feminino na sociedade. Ausência dos feitos e das produções femininas, nas páginas oficiais da história, anula seu conhecimento, avalia a autora



Luta pela liberdade e igualdade dos direitos femininos ocorre com pequenos progressos. Atualmente, a mulher ocupa cargos políticos, profissões que antes eram apenas masculinas e, também, sustentam famílias

O livro reúne fragmentos da vida e obra de trinta e três mulheres que foram silenciadas, de uma forma ou de outra, pelo sistema patriarcal. Esse silenciamento deu-se e, infelizmente, ainda se dá de modo físico, emocional e psicológico. Os paradigmas da inferioridade feminina estão alinhavados à incapacidade e à fragilidade da mulher, são modelos pré-estabelecidos que brotaram de raízes muito profundas, um sentimento de insignificância que, até hoje, permeia o universo feminino, sempre preenchido de culpa, pecado e certo aspecto profano. Há um peso extra na existência da mulher, cujos degraus “autorizados” pelo masculino para uma re-

sumida e controlada ascensão vêm acompanhados de intolerância, recriminação, restrição e um fardo difícil de suportar. E, assim, as mulheres ficaram sem registro, sem notoriedade, sem condição de ser e de existir por elas mesmas.

A importância das sufragistas, por exemplo, deve ser divulgada, comemorada e cultuada com imensa gratidão, porque, hoje, a mulher pode votar e envolver-se politicamente, graças a elas, que lutaram e morreram por esse direito. A história das sufragistas deve ser mencionada de modo extensivo, e deve, também, fazer parte da grade escolar, seja do Ensino Médio, seja da Graduação. O que não se pode aceitar mais é essa ausência, esse va-

“

IMPORTÂNCIA DAS SUFRAGISTAS,  
POR EXEMPLO, DEVE SER  
DIVULGADA, COMEMORADA E  
CULTUADA COM IMENSA GRATIDÃO,  
PORQUE, HOJE, A MULHER  
PODE VOTAR E ENVOLVER-SE  
POLITICAMENTE, GRAÇAS A ELAS,  
QUE LUTARAM E MORRERAM POR  
ESSE DIREITO

”



Foto: Reprodução

Ilustração retrata Maria Firmina dos Reis, primeira mulher negra a escrever um romance antiescravagista, muito antes do Movimento Abolicionista

zio do feminino nas sociedades. A mulher não nasceu para ser esposa, filha cativa, mãe ou freira, necessariamente; ela veio ao mundo, assim como o homem, para ser o que desejar. A ausência dos feitos e das produções femininas, nas páginas oficiais da história, anula seu conhecimento.

E, no anonimato, viveu Maria Firmina dos Reis, professora e escritora maranhense, que se sustentou com o suor de seu trabalho e ainda fundou a primeira Escola Mista de sua cidade, além de ter sido silenciada pelo sistema, pois é uma ilustre desconhecida - teve sua etnia modificada, porque, em seu livro *Úrsula*, de 1859, (também fora do circuito editorial), a imagem estampada na capa é de uma mulher branca. Ela foi a primeira mulher negra a escrever um romance antiescravagista, muito antes do Movimento Abolicionista que mobilizou a sociedade brasileira, por volta de 1870, alcançando a Abolição da Escravatura somente em 1880, ou seja, 11 anos antes da luta a favor dos escravos, e 21 anos antes da Abolição - propriamente dita. Ela foi pioneira em tudo. Mas, afinal, quem

conhece essa escritora prógona? Quem leu *Úrsula*?

Quantos gritos as mulheres deram na linha da história e, por isso, foram emudecidas? Ao mesmo tempo em que a jornalista as ressuscita, uma a uma, denuncia a misoginia contra elas, desde a extinção do sistema patriarcal. A *Incrível Lenda da Inferioridade* tece as histórias dessas mulheres maravilhosas, em ordem cronológica, a começar por Aspásia de Mileto, pensadora independente que viveu na Grécia Antiga e que foi o grande amor do estadista Péricles. Passa pelo Japão medieval e divulga sobre a maior obra do ano 1000: *Monogatari Genji*, da romancista Sikibu Murasaki, que conta a vida de Hikaru Genji, filho do imperador. Visita Christine de Pizan, na França, escritora que viveu de seu talento, não sem dor nem luta e, devido à violência contra a mulher, idealizou um lugar de paz, admiração e respeito ao feminino, um lugar sem a misoginia da corte do Rei Carlos V, do século XV, e assim, nasce *La Cité de Dames*, em 1405.

O livro narra, de forma crítica, a dor fe-

minina devido à exclusão, à violência, à inexistência, à subserviência e ao silenciamento, exemplificando essa condição com a vida de Gabrielle Colette, Camille Claudel, Clara Zetkin, Simone de Beauvoir, Karen Blixen, as irmãs Brontë, Jane Austen, Hilda Hilst, Maria Quitéria, Svetlana Aleksievitch, Emily Dickinson, Florbela Espanca, Agnès Varda, Edith Wharton, Clarice Lispector, Virgínia Woolf, Cecília Meireles, Mary Shelley, Chimamanda Ngozi Adichie e muitas outras. A obra dialoga, ainda, com a poeta indiana Rupi Kaur; com Lilith e Eva; com a imperatriz Maria Leopoldina e Sissi, a rainha da Áustria; com a escritora Alice Walker; a pintora Artemisia Gentileschi; Lady Diana e Rosa Luxemburgo.

Trata-se de uma bela homenagem a mulheres que conseguiram soltar as amarras, que não aceitaram um destino marcado a ferro e fogo, à custa, em alguns casos, de suas próprias vidas.

“

HÁ UM PESO EXTRA NA  
EXISTÊNCIA DA MULHER,  
CUJOS DEGRAUS  
'AUTORIZADOS' PELO  
MASCULINO PARA  
UMA RESUMIDA E  
CONTROLADA ASCENSÃO,  
VÊM ACOMPANHADOS  
DE INTOLERÂNCIA,  
RECRIMINAÇÃO,  
RESTRIÇÃO E UM FARDO  
DIFÍCIL DE SUPORTAR

”



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

VÂNIA COELHO

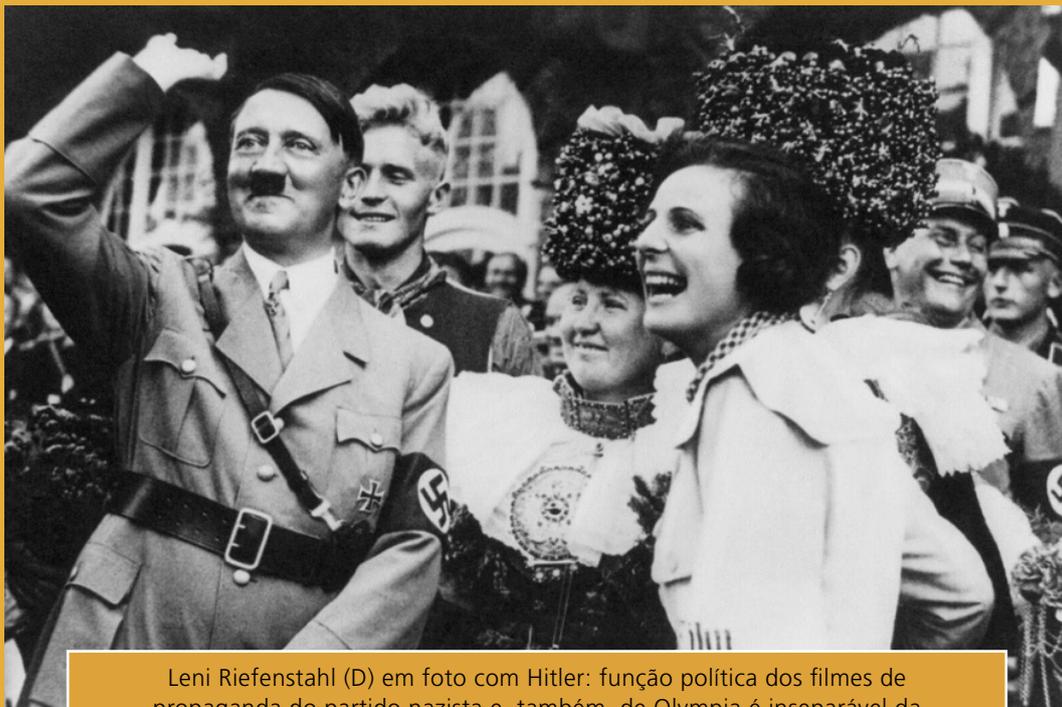


Compartilhe!

# Leni Riefenstahl, genial ou monstro?

Obra de Leni Riefenstahl, uma das mais controversas diretoras da história, é apropriada para refletirmos sobre até que ponto a excelência da arte (ou do esporte) pode se sobrepor aos direitos humanos fundamentais, avalia Lilia Lustosa, em seu artigo

Foto: Reprodução



Leni Riefenstahl (D) em foto com Hitler: função política dos filmes de propaganda do partido nazista e, também, de Olympia é inseparável da estética específica e inovadora, de Riefenstahl

Um dos registros cinematográficos esportivos de maior importância na história do cinema foi escrito, realizado e montado pela alemã Leni Riefenstahl, entre 1936 e 1938, época em que o Partido Nazista comandava a Alemanha. Trata-se de Olympia, documentário que registrou para a prosperidade os Jogos Olímpicos de Berlim, realizados em 1936, no neoclássico Estádio Olympia, construído especificamente para o evento. Um agigantado teatro greco-romano capaz de abrigar um público de até 100 mil espectadores.

Encomendado pelo Comitê Olímpico Internacional (COI), mas financiado pelo Ministério da Propaganda de Goebbels e pelo próprio Partido Nazista de Hitler, que sonhava com um filme-vitrine para o regime nacional-socialista, Olympia foi e é, até hoje, um filme controverso, que entrou para a história como um dos melhores documentários de todos os tempos. Isso, porque o registro

de Leni revolucionou a maneira de filmar práticas desportivas, seu modelo é usado e repetido, atualmente, mundo afora. Múltiplas câmeras para os saltos ornamentais (incluindo subaquáticas), valas cavadas na terra para colocar os olhos dos espectadores na altura das pernas dos competidores, câmera lenta para registrar com precisão cada parte do movimento, enquadramentos ousados e originais que mostraram, como nunca, os maiores atletas, daquele 1936, em ação.

A diretora alemã comandou, com firmeza e talento, uma equipe de 23 cinegrafistas (todos homens), que tinham ordem para filmar todas as 129 modalidades presentes nos jogos, evitando, assim, perder qualquer possível quebra de recorde. Como resultado, 400 quilômetros de negativos e cerca de 250 horas de filme rodado, o que lhe rendeu dois anos de trabalho de edição e um documentário de quase 4 horas de duração, dividido em duas partes, para facilitar a exibição. Nem



Cineasta nunca mais conseguiu financiamento para suas produções, partindo rumo ao continente africano, onde passou a fotografar a tribo Nuba, no Sudão

todas as imagens que o compõem foram, no entanto, registradas em tempo real. Leni, que tinha o culto à beleza como seu leitmotif, preocupava-se tanto com a estética de sua obra que regravava várias cenas posteriormente aos fatos, convocando os atletas para “atuarem” em seu documentário.

Perfeccionista por natureza, Leni foi laureada pelo COI, em 1948, com uma medalha de ouro por seu Olympia. No entanto, a origem dos recursos utilizados e os propósitos de seus financiadores foram e continuam sendo questionados e condenados por diversos críticos de cinema e espectadores, em todo o mundo. Suas imagens ao lado do Führer e a própria admiração que ele nutria por ela nos levam a questionar até que ponto Leni compactuava com os ideais nazistas. Em seus depoimentos, porém, a cineasta sempre declarou estar ali apenas exercendo seu ofício, jamais tendo se filiado ao Partido de Hitler, afirmando, ainda, desconhecer as atrocidades impostas pelo regime. A seu favor, usava também o argumento de ter filmado a reação insatisfeita do Führer à vitória do afro-americano, Jesse Owens, e de não ter cortado nem essa nem outras cenas que desmistificavam a “superioridade da raça ariana”. Mas seria mesmo possível que ela ignorasse o que estava acontecendo em seu país? Ou será que simplesmente escolhia não enxergar a realidade, colocando sua arte em primeiro lugar, acima das vidas de tantas pessoas inocentes?

Leni pode ter sido absolvida pelos diversos

tribunais em que foi julgada, no entanto, a história parece jamais tê-la liberado. Sua carreira de cineasta encontrou ali, praticamente, um ponto final. Após deixar o campo de concentração francês, onde ficou por 4 anos, a cineasta nunca mais conseguiu financiamento para suas produções, partindo rumo ao continente africano, onde passou a fotografar a tribo Nuba, no Sudão.

Publicou dois livros que foram, por sua vez, massacrados por antropólogos, que a acusavam de reproduzir uma imagem estereotipada dos núbios, e pela crítica especializada, que insistia que sua estética permanecia “nazista”. Já no fim da vida, buscando afastar-se, ainda mais, dos olhos da civilização, a cineasta decidiu filmar embaixo d’água. Aprendeu a mergulhar aos 70 anos e realizou seu último filme longe de qualquer traço de humanidade. Impressões Subaquáticas (2002) foi lançado no dia em que completava 100 anos de vida. Naquela imensidão azul, Leni parece ter encontrado a paz. Será?

Em tempos olímpicos, a história de Leni Riefenstahl me parece bastante apropriada para refletirmos sobre, até que ponto, a excelência da arte (ou do esporte) pode se sobrepor aos direitos humanos fundamentais. Seria possível (e justo) separar o artista (ou o atleta) do ser humano? A obra, da ideologia de quem o faz? A estética, da ética?

“

LENI RIEFENSTAHL PODE TER SIDO ABSOLVIDA PELOS DIVERSOS TRIBUNAIS EM QUE FOI JULGADA, NO ENTANTO, A HISTÓRIA PARECE JAMAIS TÊ-LA LIBERADO. SUA CARREIRA DE CINEASTA ENCONTROU ALI, PRATICAMENTE, UM PONTO FINAL

”

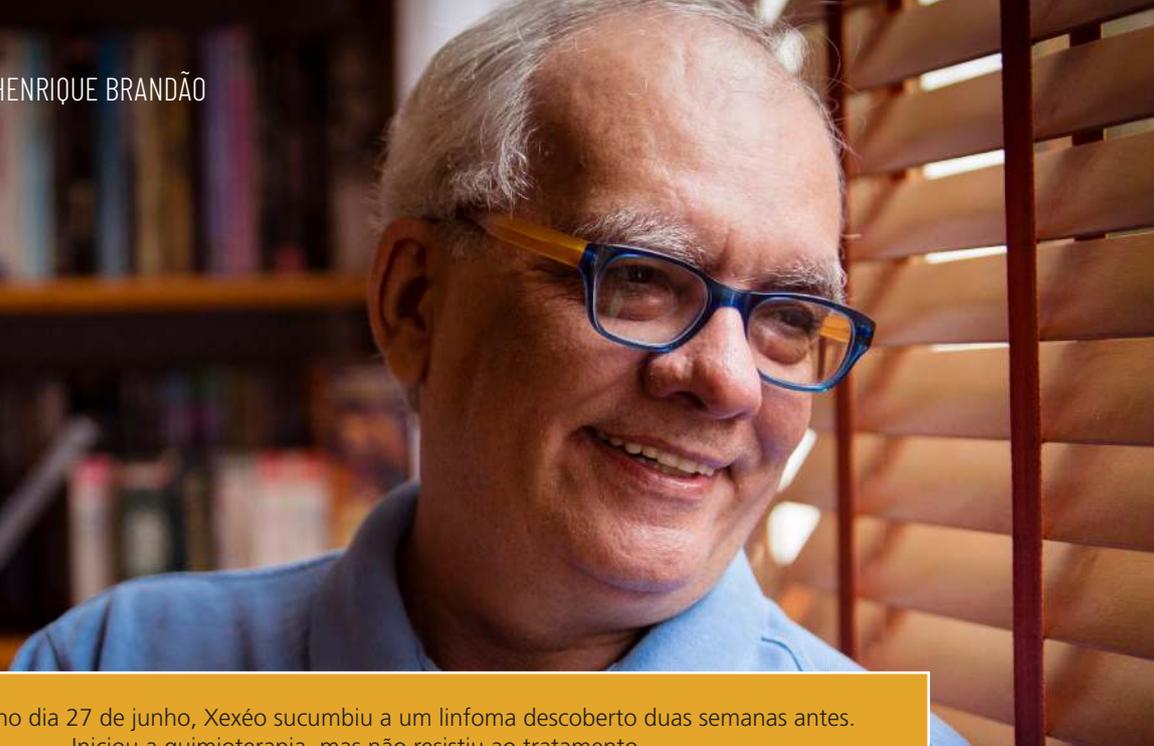


SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

LILIA LUSTOSA



Compartilhe!



Aos 69 anos, no dia 27 de junho, Xexéo sucumbiu a um linfoma descoberto duas semanas antes. Iniciou a quimioterapia, mas não resistiu ao tratamento

## Artur Xexéo, um craque

Jornalista, escritor, dramaturgo, apresentador de TV, comentarista de rádio, tradutor. Xexéo foi bem em tudo o que fazia, mas foi como cronista que deixou sua marca registrada, escreve Henrique Brandão

**N**o jargão futebolístico, quando se diz que um jogador “brinca nas onze” quer dizer que ele joga bem em qualquer posição. Poucos têm talento para se sobressair em várias funções. Não é para qualquer um: o cara tem que ser craque.

Artur Xexéo era assim, um craque. Fazia bem tudo em que se metia. Jornalista de formação, foi também escritor, dramaturgo, apresentador de TV, comentarista de rádio, tradutor. Por onde esteve, deixou sua marca, virou referência.

O jornalismo não foi sua primeira escolha, na hora de entrar para a faculdade. Como era bom em Matemática, Xexéo achou que daria um bom engenheiro. “Quando eu cheguei na Engenharia, levei um susto, porque não gostava de nada. Fiquei apavorado, era inteiramente entediante para mim aquilo”, disse, em depoimento ao projeto Memória Globo. Para não desapontar os pais, seguiu na faculdade: foi fazer Jornalismo. O erro de cálculo do jovem bom em Matemática, revelou-se um acerto. Perdeu a Engenharia, mas ganhamos, todos, um brilhante jornalista.

Xexéo começou a trabalhar na imprensa

em 1975. Passou pelos principais jornais do Rio – “Jornal do Brasil” e “O Globo” –, onde foi colunista e editor, e pelas revistas “Veja” e “IstoÉ”. Além da imprensa escrita, Xexéo participou do programa Estúdio i, da Globo News, e foi comentarista da entrega do Oscar na TV Globo. No rádio, participou de programa semanal na CBN.

Tinha vasta cultura cinematográfica e teatral. Em suas colunas, estava sempre comentando filmes e peças, e não apenas as estreias do circuito nacional. Viajava com frequência para Nova York ou Londres, cidades que conhecia como a palma da mão, onde acompanhava os lançamentos cinematográficos e as novidades da Broadway e do West End londrino.

Sua paixão pelo teatro acabou por levá-lo a arriscar-se como dramaturgo. Sempre na linha dos musicais, escreveu “A Garota do Biquini Vermelho”, “Nós Sempre Teremos Paris”, “Cartola – O Mundo é um Moinho” e “Minha Vida Daria um Bolero”.

Mas foi como cronista que Xexéo deixou sua marca registrada. O estilo coloquial o aproximava do leitor. A leveza do texto e o humor das sacadas transformavam as obser-

Foto: Memória Globo



Xexéo tinha uma gigantesca legião de ávidos leitores. O concurso de "Mala do Ano", criado por ele, mobilizava o Rio no fim de ano

vações que fazia nas colunas, em animados papos nas esquinas, mesas de botequim, nas rodas de praia e nos almoços de família.

Costumava dizer, com bom humor, que tinha "17 leitores". Tinha muito mais, claro. Uma gigantesca legião de ávidos leitores acompanhava semanalmente suas crônicas. O concurso de "Mala do Ano", por exemplo, criado por ele, mobilizava o Rio de Janeiro no fim de ano.

E as intermináveis fitas banana, polêmicas que surgiam por uma referência de filme, música ou peça que ele citava em um artigo e os leitores contestavam? Passava semanas dialogando na coluna com seus seguidores, sempre acrescentando informações, de tal forma que, ao fim da discussão, estávamos todos "especialistas" no assunto. Criou também o troféu "Zum de Besouro", uma referência à música Açai, de Djavan, conferido a letras que considerava herméticas.

Mesmo não sendo um apaixonado por futebol, cobriu quatro Copas do Mundo. Suas crônicas foram reunidas no livro "O Torcedor

Acidental", que aborda o mundo das Copas para além dos campos. Observando o dia a dia das cidades por onde passou a Seleção Canarinho, os costumes, a comida, o vestuário, a dificuldade com os idiomas, os personagens e as situações inusitadas com as quais se deparava – nada escapava ao olhar crítico do jornalista.

Frank Sinatra, por exemplo, o abordou na sala VIP do estádio Rose Bowl, em Pasadena, na Califórnia, em 1994, para perguntar onde era o banheiro. "Logo ali", respondeu o cronista, apontando para o banheiro químico. Em outra ocasião, recebeu luxuoso auxílio em uma esquina de São Francisco, quando teve dificuldades com a máquina de jornais automática que engolira sua moeda. Foi socorrido por Mel Brooks, que, após socos e pontapés, fez com que a geringonça expelisse um exemplar do "San Francisco Chronicle". Essas e muitas outras histórias deliciosas revelam os bastidores de várias Copas do Mundo.

Aos 69 anos, no dia 27 de junho, Xexéo sucumbiu a um linfoma descoberto duas semanas antes. Iniciou a quimioterapia, mas não resistiu ao tratamento. Teve uma parada cardíaca. O jornalismo perdeu um de seus melhores profissionais. Foi-se um craque.

“

O ESTILO COLOQUIAL O APROXIMAVA DO LEITOR. A LEVEZA DO TEXTO E O HUMOR DAS SACADAS TRANSFORMAVAM AS OBSERVAÇÕES QUE FAZIA NAS COLUNAS EM ANIMADOS PAPOS NAS ESQUINAS E MESAS DE BOTEQUIM

”



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

HENRIQUE BRANDÃO



Compartilhe!

# Judeus portugueses entre Amsterdã e Nova York

Livro de Lira Neto conta o êxodo dos judeus expulsos da Península Ibérica pela Santa Inquisição em busca de sua terra prometida até a controversa chegada deles às costas da terra que seria, um dia, Nova York

Lira Neto, em seu novo livro, reconstrói, com vivacidade e narrativa cativantes, a saga dos judeus portugueses fugidos da Inquisição, que vieram para o Recife holandês

Lira Neto é escritor irreprochável, várias vezes premiado com o Jabuti, quase sempre dedicado a temas históricos.

Biografias, como a trilogia sobre Vargas, exemplifica seus livros sobre nossa história com sucesso editorial indiscutível. Ele tem formação eclética: técnico em topografia, curso de filosofia, é jornalista e, sobretudo, escritor.

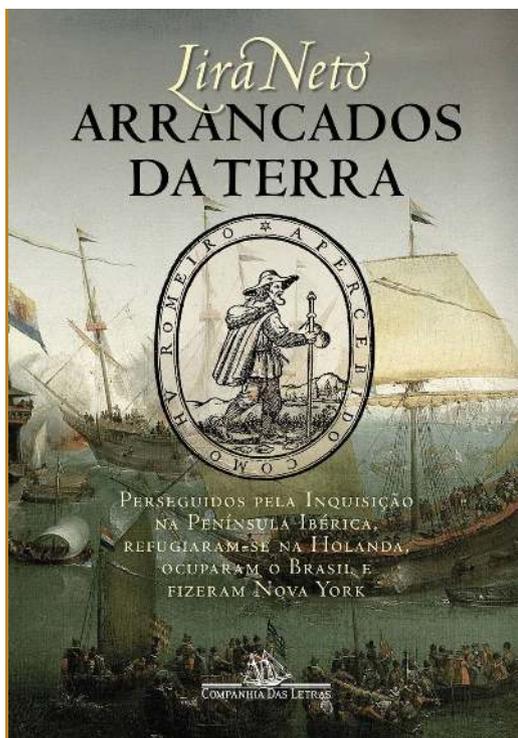
Não é, no entanto, historiador de formação, mas não sou daqueles que só admite contribuições legítimas no campo da história se os autores possuem formação acadêmica na área. Essa é uma exigência comum no meio historiográfico atual, infelizmente, cada vez mais fechado em relação aos que não discutem teoria, preferindo contar histórias. Não no sentido ficcional, senão baseados em pesquisa exaustiva de fontes ou, ao menos, de bibliografia especializada. Basta citar Evaldo Cabral de Mello e Alberto da Costa e Silva, diplomatas de ofício e, esses, sim, com razão, reconhecidos no mundo historiográfico por seus estudos de excelência.

“

HÁ UM MITO DE QUE OS JUDEUS PORTUGUESES FUNDARAM A QUE, NO FUTURO, SERIA NOVA YORK. NA LEGENDA, QUE FUNCIONA COMO SUBTÍTULO DO LIVRO, DIZ-SE QUE ELES 'FIZERAM NOVA YORK'. UM EXAGERO APELATIVO

”

Foto: Reprodução/Companhia das Letras



E alguém diria que Sérgio Buarque de Holanda não é historiador de ofício porque é bacharel em Direito? Ora, não havia cursos universitários de História no início do século XX. Sérgio Buarque, depois catedrático de Civilização Brasileira na USP, em fins dos anos 1950, é considerado um dos principais historiadores brasileiros. Em resumo, a meu ver, a história sempre foi um campo de conhecimento aberto. Se o autor possui erudição bibliográfica, conhecimento de fontes e escrita palatável, agrega plenas condições para ser reconhecido como historiador.

Lira Neto pode ser inserido nessa categoria de historiadores por vocação, independentemente de sua formação precípua. Em Arrancados da Terra, ele reconstrói a saga dos judeus portugueses fugidos da Inquisição e abrigados em Amsterdã, no início do século XVII, parte dos quais migrou para o Recife holandês e, mais tarde, com a expulsão dos flamengos, se deslocou para Nova Amsterdã, futura Nova York. Eis um processo complexo que o autor reconstrói com vivacidade e narrativa cativantes. O leitor do livro haverá de conhecer de perto o papel essencial dos judeus portugueses – sefarditas – na expansão comercial, na época moderna. Suas redes de comércio, suas sinagogas públicas ou clandestinas, seus personagens mais destacados, em especial no mundo atlântico.

No entanto, falando agora como pesquisa-

dor da área, não encontrei, no livro, reflexão sobre quem eram os tais judeus portugueses, do ponto de vista histórico-antropológico, salvo breve menção ao conceito de “judeus novos” de Kaplan. Como se houvesse um essencialismo judaico. Uma identidade judaica multissecular. Na verdade, eles eram descendentes de cristãos-novos convertidos ao catolicismo por decreto de D. Manuel, no remoto ano de 1496. Separados, havia mais de um século, do judaísmo de seus ancestrais. Desconheciam o judaísmo, a rigor, com exceção de alguns ritos domésticos, a exemplo da guarda do sábado e tabus alimentares. Como afirmou certo especialista na história dos sefarditas da época, os judeus portugueses de Amsterdã jamais haviam conhecido uma comunidade judaica, “exceto aquela que eles haviam criado” – ou estavam criando. Viviam dilemas identitários dramáticos. Uma comunidade que desabou como castelo de cartas entre 1644, com a saída de Maurício de Nassau, que os protegia no Recife, e a vitória luso-brasileira em 1654.

Foram para Nova Amsterdã? Apenas 23 pessoas alcançaram o lugar, após vários percalços no Caribe. Mas há um mito de que os judeus portugueses fundaram a cidade que, no futuro, seria Nova York. Na legenda, que funciona como subtítulo do livro, diz-se que eles “fizeram Nova York”. Um exagero apelativo. O primeiro judeu a pôr os pés em Nova Amsterdã foi, até onde sei, Jacob Barsimson ou Jacob Bar Simson. Era o nome judaico de Benjamim Bueno de Mesquita mencionado pelo autor? Ou um judeu ashkenazi que mal falava português, como outros que viveram no Recife holandês?

Esta saga é, não raro, um mito, entre outros construídos sobre período holandês no Brasil. Como o mito de que o Brasil seria um país melhor se fosse colonizado por eles, ideia desconstruída por Sérgio Buarque, desde Raízes (1936). Lira Neto endossou tais mitos? No conjunto não, pois é bem fundamentado, sobretudo na bibliografia especializada, tradicional e atual. Mas sua narrativa tende a celebrar a atuação dos judeus portugueses, sem a devida ênfase no fato de que muitos deles eram grandes traficantes de escravos da Guiné ou de Angola para o Recife, nos tempos de Nassau, associados à Companhia das Índias Ocidentais.



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

RONALDO VAINFAS



Compartilhe!



**ENDEREÇO:**

Fundação Astrojildo Pereira - SEPN  
509, bloco D, Lojas 27/28, Edifício Isis  
CEP: 70750-504 - Brasília-DF

**CLEOMAR ALMEIDA**

Secretário de redação  
Tel.: (61) 3011-9260 / 3011-9300  
E-mail: fundacaoastrojildo@gmail.com



Facefap



fundacaoastrojildo



fapastrojildo

[www.fundacaoastrojildo.com.br](http://www.fundacaoastrojildo.com.br)